



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

Manual de Fundamentos

CONCEITO OPERACIONAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO

2ª Edição
2026



MINISTÉRIO DA DEFESA

EXÉRCITO BRASILEIRO

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

Manual de Fundamentos

CONCEITO OPERACIONAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO

**2ª Edição
2026**



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

PORTARIA - EME/C Ex Nº 1714 , DE 9 DE MARÇO DE 2026

Aprova o Manual de Fundamentos Conceito Operacional do Exército Brasileiro (EB20-MF-07.101), 2ª edição, 2026.

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e IV, do art. 5º da Estrutura Regimental do Comando do Exército, aprovada pelo Decreto nº 5.751, de 2006, art. 3º, e o inciso XIX do art. 3º e incisos II, V e X do art. 4º do Regulamento do Estado-Maior do Exército (EB10-R-01.007), aprovado pela Portaria do Comandante do Exército nº 1.780, de 21 de junho de 2022, e considerando o que consta nos autos nº 64535.000082/2026-84, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Manual de Fundamentos Conceito Operacional do Exército Brasileiro – COEB (EB20-MF-07.101), 2ª edição, 2026, que com esta baixa.

Art. 2º Fica revogada a Portaria – EME/C Ex nº 971, de 10 de fevereiro de 2023.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

General de Exército FRANCISCO HUMBERTO MONTENEGRO JUNIOR
Chefe do Estado-Maior do Exército

FOLHA REGISTRO DE MODIFICAÇÕES (FRM)

NÚMERO DE ORDEM	ATO DE APROVAÇÃO	PÁGINAS AFETADAS	DATA

ÍNDICE DE ASSUNTOS

	Pag
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	
1.1 Finalidades.....	1-1
1.2 Os Conceitos, a Doutrina e sua Relação.....	1-1
1.3 Fatores Críticos e Premissas.....	1-1
CAPÍTULO II – CONCEITOS INSTITUCIONAIS	
2.1 Definição.....	2-1
2.2 Conceitos Institucionais para o Exército Brasileiro	2-1
CAPÍTULO III – O CONTEXTO OPERACIONAL FUTURO	
3.1 Aspectos Estruturais e Conjunturais Relevantes.....	3-1
CAPÍTULO IV – COMPREENSÃO DO CARÁTER DA GUERRA FUTURA	
4.1 Generalidades.....	4-1
4.2 A Transformação do Ambiente Operacional.....	4-1
CAPÍTULO V – O CONCEITO OPERACIONAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO	
5.1 O Problema Militar.....	5-1
5.2 Ideia Central - O Exército Brasileiro nas Operações no Multidomínio.....	5-1
5.3 Desenho Institucional.....	5-2
5.4 Concepção de Emprego.....	5-4
5.5 Moldando os Ambientes de Segurança.....	5-13
5.6 Capacidades e Novas Competências da Força	5-15
CAPÍTULO VI – CONCLUSÃO	
REFERÊNCIAS	

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1.1 FINALIDADES

1.1.1 Esta publicação atualiza a primeira edição do Conceito Operacional do Exército Brasileiro (COEB), descrevendo uma proposta de como a Força, ao integrar esforços conjunto, combinado e interagências, será empregada face aos desafios atuais e futuros.

1.1.2 Possui como propósito promover a valorização do pensamento estratégico, fornecendo ferramentas conceituais adequadas aos conflitos futuros, por meio de uma abordagem pragmática efetivamente comprometida com a realidade nacional e com a obtenção de resultados concretos para a segurança e a defesa.

1.1.3 Em conformidade com o processo de transformação do Exército Brasileiro (EB), conduzido pelo Estado-Maior do Exército (EME), o documento se propõe a estabelecer as bases orientadoras que permitirão aperfeiçoar o desenho institucional. Dessa forma, a Força estará organizada, articulada e estruturada com base no aumento dos níveis de aptidão das capacidades militares terrestres (Cpcd Mi T). Tal transformação será acompanhada pela atualização dos princípios e fundamentos da Doutrina Militar Terrestre (DMT).

1.1.4 Convém ressaltar que a indução do aumento do nível de aptidão das capacidades militares terrestres será suportada pelo Portfólio Estratégico do Exército (Ptf EE) e será orientada por uma nova forma de conduzir a guerra, permitindo a alteração de concepções e projetando a Força para o futuro.

1.2 OS CONCEITOS, A DOCTRINA E SUA RELAÇÃO

1.2.1 Um conceito militar é a descrição do resultado da concepção de ideias que oferece uma possível alternativa para aplicar as capacidades militares na resolução de um problema militar. Por analogia ao método científico, representa a formulação de uma hipótese para responder a um problema, a qual terá de ser testada para ser confirmada ou refutada.

1.2.2 Tal conceito também pode ser definido como uma proposta de emprego de forças militares em contraposição a desafios e ameaças identificados em determinado contexto, seja atual ou futuro. Assim sendo, os conceitos são os principais instrumentos fornecedores da base teórica responsável por configurar forças, induzir capacidades e atualizar a doutrina militar.

1.2.3 Nesse contexto, os conceitos militares são submetidos a processo de experimentação e validação e, uma vez aprovados, contribuem para fundamentar a evolução doutrinária. A DMT é entendida como o conjunto de valores, fundamentos, conceitos, táticas, técnicas, normas e procedimentos, cuja finalidade é orientar a Força no preparo de seus meios, considerando o modo de emprego mais provável nas operações. Ela define como a Força irá se organizar, equipar-se e combater.

1.3 FATORES CRÍTICOS E PREMISSAS

1.3.1 Como condicionantes de qualquer processo de planejamento, convém destacar alguns fatores críticos e premissas que possuem relação direta com a Defesa Nacional e que foram considerados na formulação do presente conceito operacional, os quais são expressos a seguir.

1.3.2 FATORES CRÍTICOS

1.3.2.1 A carência de percepção da população brasileira acerca de atores, circunstâncias e cenários que possam se configurar em ameaças ao Estado, em decorrência de um longo período livre de conflitos externos, é um fator crítico a ser considerado.

1.3.2.2 A efetividade das Forças Armadas (FA) nesse ambiente desafiador vai depender de sua capacidade de monitorar as ameaças correntes e futuras. Isso só será possível com uma arquitetura de Inteligência integrada, flexível e tecnológica que possa contribuir para a capacidade militar terrestre Superioridade de Informações e para que o processo decisório seja célere e preciso.

1.3.2.3 A existência de vazios demográficos, a deficiência de infraestruturas de transporte e a defasagem de atividades econômicas em algumas regiões do país geram desafios à integração nacional e à mobilidade estratégica, com reflexos para a concepção da segurança e da defesa nacionais.

1.3.2.4 A segurança e a defesa do ciberespaço do Estado brasileiro constituem-se em um dos fatores primordiais para a operacionalidade plena dos sistemas de informações, de gerenciamento e de comunicações, todos de interesse estratégico para o país.

1.3.2.5 A importância da expressão militar na defesa dos interesses nacionais exige a modernização, a integração, a prontidão e o adequado desdobramento das FA, ampliando sua capacidade de pronta resposta, sobretudo em operações conjuntas.

1.3.2.6 O fortalecimento de uma cultura nacional de valorização da inovação, bem como a priorização e integração dos setores governamental, industrial e acadêmico, vocacionados para a ciência, tecnologia e inovação (CT&I), é essencial para assegurar que o atendimento às necessidades de produtos de defesa seja apoiado em tecnologias críticas sob domínio nacional, visando à autonomia tecnológica do país. Um eventual aumento da defasagem tecnológica e da escassez de recursos de poder militar limitará a relevância estratégica e a autonomia do Estado brasileiro no âmbito internacional.

1.3.2.7 É possível que os espaços marítimos venham a se tornar alvos de contestações que poderão ameaçar os interesses do Estado brasileiro no Atlântico Sul. Nesse sentido, torna-se uma necessidade crítica agregar capacidades à Força Terrestre (F Ter) para que contribua com a defesa da costa e do litoral.

1.3.2.8 O corrente ambiente informacional é complexo, difuso, interativo, midiático e sobrecarregado de informações, sujeito à desinformação e à guerra de narrativas capazes de influenciar a opinião pública.

1.3.2.9 Soma-se aos fatores abordados anteriormente a ideia de que toda e qualquer iniciativa de evolução doutrinária deve se mostrar resiliente a uma série de óbices, dentre os quais o longo processo de consolidação da cultura conjunta no âmbito das FA e o tênue alinhamento entre as políticas de Estado. Ademais, restrições orçamentárias, aversão ao risco e resistência a mudanças constituem elementos comuns nas dinâmicas intrainstitucionais.

1.3.3 PREMISSAS

1.3.3.1 Visualiza-se, para os próximos anos, o aumento exponencial da aplicação militar de tecnologias críticas, tais como inteligência artificial (IA), veículos e sistemas de armas autônomos e não tripulados, mísseis hipersônicos, cibernética, propulsão nuclear, biotecnologia, tecnologias quânticas, *big data*, internet das coisas do espaço de batalha, armas de energia dirigida, dentre outras. Tais aplicações, associadas a mudanças no ambiente estratégico, contribuirão cada vez mais para o agravamento das assimetrias de poder, modificando constantemente o caráter da guerra, com consequente evolução na concepção de emprego de forças militares.

1.3.3.2 As estratégias da presença e da dissuasão continuarão a ser priorizadas. No entanto, assumirá, também, posição de destaque a estratégia da projeção de poder.

1.3.3.3 A necessidade da existência de um grande contingente de reservas mobilizáveis empresta especial importância à estratégia da presença. Assim sendo, o caráter obrigatório do serviço militar permanecerá sendo considerado condição essencial à mobilização da população em caso de necessidade de defesa da soberania nacional.

1.3.3.4 As atividades de monitoramento e controle do espaço aéreo, do território, das águas jurisdicionais brasileiras (AJB) e de outras áreas de interesse, bem como a capacidade de pronta resposta em qualquer um desses espaços contra qualquer ameaça ou agressão, demandarão cada vez mais que as FA possam operar em rede, buscando a interoperabilidade bem como a sinergia, em ações de caráter conjunto.

1.3.3.5 A importância do ambiente amazônico, dada sua extensão territorial, baixa densidade demográfica, dificuldades de acesso e de mobilidade, existência de abundantes reservas de recursos minerais e biodiversidade, além do seu potencial hidroenergético, exigirá, cada vez mais, a efetiva presença do EB, a fim de contribuir com os esforços do Estado que visem ao desenvolvimento sustentável e à integração dessa região.

1.3.3.6 Os eventos climáticos extremos são capazes de influenciar os riscos sociopolíticos e geopolíticos, nos prazos médio e longo. Desastres naturais tendem a se tornar mais frequentes e intensos, apresentando potencial para afetar diversas dimensões da sociedade, como o abastecimento de água, a produção agrícola, a segurança alimentar, a subsistência econômica e a biodiversidade. As relações entre os países também serão afetadas, uma vez que fronteiras físicas não restringem as ações de causa e efeito que interferem nas dinâmicas dos eventos climáticos. Tais eventos, com impacto relevante na vida das pessoas, na soberania e na economia do país, certamente terão influência na forma de atuação e de emprego das FA, em especial do EB.

1.3.3.7 O incremento da presença de ferramentas tecnológicas e ações no ambiente informacional, tais como IA, *boots*, *deepfake*, *trools*, *fakenews etc.*, tem influenciado, cada vez mais, o alinhamento da mensagem, dificultando o processo de comunicação estratégica institucional.

CAPÍTULO II

CONCEITOS INSTITUCIONAIS

2.1 DEFINIÇÃO

2.1.1 Os conceitos institucionais consistem em orientações de alto nível que servem de base e fornecem contexto à formulação de fundamentos voltados para as missões, as características, a organização, o funcionamento e o emprego de forças militares. Os conceitos institucionais, como documentos orientadores no nível político-estratégico, constituem-se em um suporte sólido, por meio de uma abordagem ampla, ao desenvolvimento de conceitos de nível inferior, dentre os quais se encontram os conceitos operacionais.

2.2 CONCEITOS INSTITUCIONAIS PARA O EXÉRCITO BRASILEIRO

2.2.1 A partir da análise de documentos disponíveis nos níveis político, estratégico e institucional¹, responsáveis por estabelecerem a base legal e os fundamentos para o preparo e emprego das FA em geral, e para o EB em particular, podem-se extrair algumas assertivas que cumprem seu papel em fornecer referenciais, orientações gerais e suporte normativo à formulação do presente conceito operacional.

2.2.2 Cabem às FA, como instituições de Estado, conforme dispositivo constitucional, a defesa da pátria, a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

2.2.3 Sem o comprometimento de sua destinação constitucional, recai também sobre as FA o cumprimento de atribuições subsidiárias.

2.2.4 Nesse contexto, constituem-se como atribuições subsidiárias gerais a cooperação com o desenvolvimento nacional e a defesa civil; a participação em campanhas institucionais de utilidade pública ou de interesse social; e a atuação, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar, nas águas interiores, e no espaço aéreo sobrejacente, contra delitos transfronteiriços e ambientais.

2.2.5 No âmbito do emprego das FA em Operações de Estabilização, aquelas com a finalidade de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) compreenderão ações de caráter preventivo e repressivo. Tais ações serão empreendidas de forma episódica, limitadas no tempo e no espaço, com ênfase nas operações interagências.

2.2.6 Além disso, deve ser dada especial atenção ao atingimento do objetivo de projetar o país no concerto das nações, fortalecendo sua capacidade de influência nos diversos fóruns internacionais. Tal esforço evidencia a crescente importância dada à atuação articulada da Diplomacia Militar Terrestre, no âmbito da Diplomacia de Defesa e da Política Externa.

2.2.7 Assume posição de relevo, como área de interesse para o Estado brasileiro, o seu entorno estratégico, nele incluídos a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica.

¹ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; Política Nacional de Defesa (2025); Estratégia Nacional de Defesa (2025); Política Militar de Defesa (2022); Estratégia Militar de Defesa (2022), Planejamento Estratégico Setorial de Defesa 2024-2035 (2024) e Diretriz do Comandante do Exército (2023-2026).

2.2.8 Ao considerar os laços culturais consolidados ao longo da História, também assume papel de importância a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), inserida nos esforços de cooperação no campo da Defesa.

2.2.9 Do ponto de vista da Defesa, além das regiões onde se concentram os poderes político e econômico, deve-se dar prioridade à faixa de fronteira, à Amazônia e ao Atlântico Sul.

2.2.10 A capacidade de dissuasão se encontra no cerne da concepção estratégica de defesa do país. Nesse sentido, reafirma-se a necessidade do contínuo fortalecimento do poder militar com vistas a, caso a dissuasão falhe, vencer o conflito no prazo mais curto possível e com um mínimo de danos à integridade e aos interesses nacionais, impondo condições favoráveis ao restabelecimento da paz.

2.2.11 Tal postura estratégica encontra destaque na defesa dos interesses do Brasil na Amazônia. Destarte, convém também ressaltar a importância da intensificação da presença estatal nessa região, a fim de evitar que atores e entidades exógenos influenciem as comunidades locais.

2.2.12 Os desafios projetados por cenários e ameaças apontam para a necessidade de ampliar os níveis de aptidão das capacidades militares terrestres assim como a sua integração, tendo em vista permitir que a F Ter produza os efeitos estratégicos militares enquadrados em 4 (quatro) categorias: degradação, negação, proteção e projeção.

2.2.13 O EB deverá dispor de capacidades que lhe permitam, entre outras missões, dissuadir concentrações de ameaças junto à fronteira terrestre, bem como defender o domínio terrestre do país. Ademais, contribuir para a defesa no domínio eletromagnético-cibernético-cognitivo, a defesa do litoral e a defesa do espaço aéreo brasileiro, buscando assegurar, dessa forma, a inviolabilidade do território nacional.

2.2.14 Além disso, a Estratégia Nacional de Defesa (END) atribui ao EB a responsabilidade pelo setor cibernético, o qual deverá incluir, como parte prioritária, as tecnologias de comunicações entre as unidades das FA, de modo a assegurar sua interoperabilidade e a capacidade de atuar de forma integrada, com segurança.

2.2.15 Dessa forma, infere-se que a F Ter deverá atuar nos domínios terrestre, marítimo, aéreo, eletromagnético-cibernético-cognitivo e espacial, contribuindo com o esforço conjunto no contexto de um conceito operacional mais amplo, que privilegie a sinergia e a convergência de ações das FA.

CAPÍTULO III

O CONTEXTO OPERACIONAL FUTURO

3.1 ASPECTOS ESTRUTURAIS E CONJUNTURAIS RELEVANTES

3.1.1 A visão estratégica concebida para elencar os aspectos estruturais e conjunturais relevantes considerou as principais tendências e megatendências levantadas no século XXI e projetou um cenário futuro provável. As ideias-chave elencadas buscam descortinar possibilidades de futuro críveis e prováveis, auxiliando na identificação das implicações para a defesa nacional e, em especial, para a F Ter.

3.1.1.1 A partir de uma leitura ampla da conjuntura internacional, é possível identificar um crescente ambiente de instabilidade, caracterizado pelo acirramento da competição envolvendo grandes e médias potências.

3.1.1.2 Em face dessa nova realidade internacional, tem ocorrido uma retração na importância dada aos fóruns multilaterais, bem como às alianças e aos arranjos que pareciam estar consolidados ou em processo de fortalecimento.

3.1.1.3 O retorno das rivalidades geopolíticas enfraquece a atual ordem global e a possibilidade de construção de um ambiente colaborativo. Em decorrência desse cenário, potências mundiais e regionais podem incrementar uma assertiva política externa, centralizada nas expressões dos poderes econômico e científico-tecnológico, sempre afiançadas pelo poder militar.

3.1.1.4 As revoluções tecnológicas, no século XX, apresentaram-se como indutoras dos processos de transformação, desencadeando uma permanente alteração do *status quo* nos campos tecnológico, econômico, social, político e militar. Tal contexto sofreu significativa aceleração no corrente século.

3.1.1.5 Países considerados emergentes do Sul Global questionam a disparidade de poder e buscam maior protagonismo no ambiente internacional.

3.1.1.6 Países, em todos os continentes, procuram se reposicionar no tabuleiro geopolítico onde atuam, gerando a emergência de novos polos de poder e tornando o mundo multipolar.

3.1.1.7 Potências emergentes de médio porte e com vocação para a liderança regional serão instadas a participar do jogo das grandes potências. No que se refere ao Brasil, o país tenderá a manter uma postura de neutralidade, de acordo com os princípios regidos pela Constituição Federal, buscando a consecução dos seus interesses na arena global.

3.1.1.8 A postura geopolítica de potências extrarregionais no entorno estratégico brasileiro, associada à fragilidade econômica e ao processo histórico das repúblicas do subcontinente sul-americano, leva a inferir que prováveis efeitos da competição entre grandes potências se farão cada vez mais presentes nessa parte do mundo, em particular no arco noroeste da América do Sul.

3.1.1.9 No campo econômico, as consequências da crise da Covid-19 e da Guerra na Ucrânia, bem como dos conflitos no Oriente Médio, aumentaram a desconfiança nas cadeias produtivas globalizadas, aceleraram a busca pela reindustrialização e levaram à negociação de acordos comerciais com países considerados aliados confiáveis. Tal cenário é caracterizado pelo enfraquecimento do dólar como moeda de referência internacional e pelo fortalecimento do ouro como reserva financeira.

3.1.1.10 No nível sistêmico, questões vinculadas ao aumento dos eventos climáticos extremos potencializam tensões geopolíticas, com a intensificação de desdobramentos no nível regional.

3.1.1.11 Ainda no que concerne à pauta climática e no que diz respeito às operações militares, entende-se que as capacidades de apoio à mobilidade, bem como outras ações ligadas à logística,

sofrerão restrições. Além disso, é provável que as FA continuem a atuar em apoio à Defesa Civil nos grandes desastres naturais no Brasil e no exterior.

3.1.1.12 A CT&I tornar-se-á cada vez mais preponderante no jogo de poder e de influência global. O aproveitamento das possibilidades da IA, da cibernética, da energia nuclear, da computação quântica, da robótica, da biotecnologia, da manufatura aditiva, dentre outras, será significativamente relevante para a construção de capacidades militares.

3.1.1.13 A progressiva centralização em redes dos sistemas de comando, controle, comunicações, computadores e informações (C4I) demandará esforços crescentes e aporte tecnológico adequado para a sua gerência e proteção, sobretudo com a utilização de tecnologias quânticas e inteligência artificial.

3.1.1.14 A postura dissuasória, como componente medular da sua estratégia nacional, demandará que o Brasil fortaleça suas capacidades de defesa, em especial aquelas relacionadas ao antiacesso e à negação de área.

3.1.1.15 As ações no multidomínio demandarão a obtenção de meios militares tecnologicamente avançados, com destaque para aqueles associados à Inteligência (estratégica e operacional), à defesa antiaérea de média e grande alturas, à mobilidade estratégica, à missilística, dentre outras.

3.1.1.16 Em decorrência do incremento do uso de tecnologias emergentes, visualiza-se maior emprego de sistemas de detecção e vigilância, de apoio à decisão e comando e controle, de veículos autônomos e remotamente pilotados, de armamentos hipersônicos e de energia dirigida, proporcionando às forças militares maior letalidade, precisão e proteção.

3.1.1.17 Cabe salientar a necessidade de obtenção, aperfeiçoamento ou desenvolvimento de capacidades militares contemplando sistemas modernos de elevada mobilidade, capacidade de ação em profundidade e ação de choque.

3.1.1.18 As dimensões continentais do Brasil, aliadas às suas características geográficas, impõem às FA significativos desafios quanto à segurança e à defesa nacional. Acredita-se que aumentou significativamente a possibilidade de as FA serem empregadas em missões relacionadas à garantia da soberania, à manutenção da integridade territorial e em atividades subsidiárias.

CAPÍTULO IV

COMPREENSÃO DO CARÁTER DA GUERRA FUTURA

4.1 GENERALIDADES

4.1.1 Além do estudo das projeções constantes do Contexto Operacional Futuro, convém dar destaque à importância de uma análise de aspectos que emolduram o atual caráter da guerra, mas que continuarão impactando a concepção de emprego da F Ter no longo prazo, sendo imprescindíveis para a formulação do presente conceito operacional.

4.2 A TRANSFORMAÇÃO DO AMBIENTE OPERACIONAL

4.2.1 GENERALIDADES

4.2.1.1 O Ambiente Operacional é o conjunto de condições e circunstâncias que afetam os domínios terrestre, marítimo, aéreo, eletromagnético-cibernético-cognitivo e espacial, onde uma Força emprega suas capacidades, a fim de cumprir determinada missão. As ações e interações que ocorrem nos domínios produzem efeitos sobre as dimensões física, humana e informacional.

4.2.1.2 Embora o desenvolvimento técnico-científico influencie diretamente as formas de combate, as transformações na conduta da guerra decorrem das mudanças do ambiente estratégico como um todo e não apenas da incorporação de novas tecnologias. Portanto, adquirir novas armas para travar guerras pretéritas não levará a F Ter à vitória.

4.2.1.3 O desenvolvimento de tecnologias específicas, assim como a incorporação de tecnologias disruptivas e ordinárias adaptadas à defesa, é importante, porém o mais relevante é a integração dessas tecnologias ao ambiente operacional, potencializando as capacidades militares para atingir a máxima efetividade e para aumentar o poder de combate.

4.2.1.4 Apesar da premissa de que o foco prioritário do Exército consiste em se manter pronto para vencer os conflitos atuais, o ritmo célere das mudanças no caráter da guerra impõe que a F Ter esteja, também, preparando-se para o combate do futuro.

4.2.1.5 O estudo da história militar revela que toda e qualquer análise prospectiva da guerra está sujeita a erros e imperfeições, mas mostra, também, que a antecipação, a evolução e a transformação constantes são características comuns aos exércitos vitoriosos.

4.2.2 COMPLEXIDADE DO AMBIENTE OPERACIONAL

4.2.2.1 Salvo em casos específicos, o ambiente operacional deixou de ser um espaço no qual forças convencionais exercem seu protagonismo exclusivo. Trata-se, na verdade, de um ambiente heterogêneo, composto por:

- a) forças armadas de países aliados;
- b) forças de uma coalizão inimiga (eminentemente conjuntas);
- c) forças não convencionais amigas (movimentos dissidentes de luta armada, movimentos de resistência, forças de segurança locais, grupos de autodefesa *etc.*);
- d) forças não convencionais hostis (grupos insurgentes, organizações terroristas, facções criminosas *etc.*);
- e) população local;
- f) companhias militares privadas;
- g) instituições e agências civis (estatais e não estatais/locais e internacionais); e
- h) as diversas expressões do poder nacional amigo e inimigo (política, psicossocial, econômica *etc.*).

4.2.2.2 A análise do ambiente operacional torna-se uma tarefa cada vez mais complexa dentro da fase de planejamento e deve contemplar diferentes perspectivas:

- a) dimensões interdependentes (física, humana e informacional);
- b) múltiplos domínios (terrestre, aéreo, marítimo, eletromagnético-cibernético-cognitivo e espacial);
- c) expressões do poder (política, econômica, psicossocial, militar e científico-tecnológica); e
- d) níveis de planejamento e atuação (político, estratégico, operacional e tático).

4.2.2.3 A batalha tornou-se o produto da complexa interação de múltiplos atores, circunscritos a uma ampla variedade de aspectos que condicionam o planejamento e a condução das operações militares. O espaço de batalha, por sua vez, estará em todas as partes.

4.2.2.4 O ambiente operacional futuro e as ações militares serão condicionados pelos seguintes aspectos:

- a) hiperconectividade;
- b) urbanização;
- c) relevância da dimensão informacional;
- d) judicialização do combate;
- e) automação ampliada;
- f) aceleração do combate;
- g) transparência do Espaço de Batalha; e
- h) extrapolação.

4.2.2.4.1 Hiperconectividade

- a) A hiperconectividade, impulsionada pela internet, redes sociais, aplicativos de mensagens criptografados e plataformas digitais de alcance instantâneo, cria as condições ideais para o surgimento e a rápida expansão de redes colaborativas complexas e de difícil rastreamento.
- b) Essas redes reúnem, de forma fluida e muitas vezes simultânea, atores estatais, atores não estatais e atores irregulares/ilícitos, misturando atividades lícitas, ilícitas e zonas cinzentas/informais.
- c) Essa convergência facilita o compartilhamento de métodos, técnicas, conhecimentos operacionais, recursos financeiros e até narrativas entre os diferentes atores. Como consequência, grupos terroristas aprendem técnicas de lavagem de dinheiro com o crime organizado, organizações criminosas incorporam táticas de propaganda e guerra psicológica de movimentos insurgentes e terroristas, enquanto alguns Estados utilizam essas redes como *proxies* ou instrumentos indiretos para alcançar objetivos estratégicos sem assumirem custos políticos e militares diretos.

4.2.2.4.2 Urbanização

- a) A urbanização, caracterizada pela rápida expansão territorial das cidades e pela concentração populacional em espaços densos, configura um dos principais aspectos do ambiente operacional.
- b) As operações militares em áreas urbanas destacam-se pela complexidade, decorrente do terreno denso, vertical e altamente fragmentado — com múltiplos níveis, obstáculos artificiais e visibilidade limitada —, agravada pela presença de civis.
- c) O êxito nessas operações depende de inteligência próxima e detalhada, controle dos efeitos na dimensão informacional, exploração inteligente das vantagens oferecidas pelo próprio terreno urbano, coordenação precisa entre escalões, coordenação rigorosa do emprego dos fogos para evitar fratricídio e planejamento integrado de sustentação e logística, capazes de superar as restrições impostas.

4.2.2.4.3 Relevância da Dimensão Informacional

- a) Nos conflitos modernos, a informação tornou-se tão decisiva quanto o poder letal para o sucesso das campanhas militares. Os comandantes e seus estados-maiores precisam gerenciar eficazmente os “4v” da informação — velocidade, veracidade, volume e variedade — para sustentar um processo decisório ágil, preciso e bem fundamentado.
- b) Nesse cenário, ganha relevância a convergência entre as ações das forças terrestres e os objetivos da comunicação estratégica institucional. Essa integração busca alinhar as mensagens em todos os

níveis hierárquicos, unificar os diversos vetores de comunicação da Instituição e potencializar suas inter-relações. O resultado é o maior alcance e efetividade na disseminação de temas prioritários, fortalecendo a legitimidade e o apoio às operações.

4.2.2.4.4 Judicialização do Combate

a) Nos conflitos contemporâneos, as operações militares enfrentam crescentes constrições judiciais, transformando o Direito em um campo de batalha adicional. Atores não estatais — como grupos terroristas, insurgentes e organizações criminosas transnacionais — exploram com maestria o hiato normativo entre o ordenamento jurídico interno dos Estados e o Direito Internacional Humanitário (DIH), que frequentemente apresenta ambiguidades interpretativas.

b) Essa exploração assimétrica confere a esses atores maior liberdade de ação operacional, ao mesmo tempo que impõe aos Estados democráticos dilemas jurídicos profundos: risco de processos nacionais e internacionais, responsabilização por supostas violações do DIH, sanções reputacionais e erosão do apoio interno e externo.

c) A combinação entre a guerra jurídica e a guerra informacional, multiplicando narrativas de vitimização, acusações seletivas de abusos e pressão em tribunais internacionais ou na opinião pública global, não apenas amplia os objetivos estratégicos desses atores não estatais, mas também cerceia a capacidade do Estado de responder de forma decisiva, convertendo o compromisso com o Estado de Direito em uma vulnerabilidade explorável em guerras assimétricas.

4.2.2.4.5 Automação Ampliada

a) O combate moderno está passando por uma intensa digitalização e automação, com tecnologias como sistemas de defesa antimíssil, sistemas não tripulados e munições guiadas.

b) O avanço acelerado da inteligência artificial (IA), da computação quântica e da análise de big data/metadados elevará drasticamente os níveis de automação, permitindo que muitas tarefas humanas — inclusive decisões críticas no campo de batalha — sejam compartilhadas ou transferidas para máquinas. Além disso, a introdução de sistemas mecatrônicos militares autônomos (SMMA) permitirá a redução do grau de intervenção humana, promovendo o amplo emprego de plataformas multipropósitos, incluindo enxames robóticos capazes de operar de forma coordenada, adaptativa e em grande escala.

c) Dessa forma, a colaboração homem-máquina é uma realidade no espaço de batalha, transformando a natureza do combate futuro.

4.2.2.4.6 Aceleração do Combate

a) O combate futuro será marcado por um ritmo muito mais acelerado, impulsionado pelo emprego massivo de sensores avançados, sistemas autônomos e automatizados, munições inteligentes e armas hipersônicas, que comprimem drasticamente os tempos de engajamento.

b) Em muitos cenários, a velocidade e a intensidade dos eventos superarão a capacidade humana de gerir o ciclo OODA (Observar-Orientar-Decidir-Atuar) em momentos críticos, transferindo essa função para sistemas baseados em IA que processam, priorizam e atuam em frações de segundo.

c) O engajamento simultâneo de múltiplos alvos em diversos domínios exigirá detecção, identificação, priorização e neutralização em prazos exíguos, com margem mínima para erro, exigindo apoio decisivo de IA e de computação quântica para acelerar e robustecer o processo decisório em todos os níveis de comando.

4.2.2.4.7 Transparência do Espaço de Batalha

a) A evolução tecnológica tem proporcionado um acelerado desenvolvimento de sistemas de sensoriamento militares e/ou civis que, apoiados por IA, tornaram o campo de batalha transparente, mais letal e hiperconectado.

b) Nesse cenário, crescem de importância os sistemas de proteção, a dispersão e a descentralização dos meios. Por outro lado, o êxito nas ações contra as ameaças dependerá da capacidade militar

terrestre Superioridade de Informações, bem como da disponibilidade de sistemas de armas com maior alcance e precisão.

4.2.2.4.8 Extrapolação

a) A guerra contemporânea já não se restringe a um espaço de batalha delimitado (Teatro de Operações — TO). Ações realizadas fora do TO — em domínios múltiplos e com grande profundidade estratégica — podem impactar diretamente as operações de combate, afetando a logística, as comunicações, o comando e controle e a sustentação.

b) Essa realidade impõe aos planejadores, nos níveis estratégico e operacional, o desafio de lidar com ameaças que transcendem o TO, exigindo visão integrada e multidomínio para antecipar e neutralizar riscos oriundos de áreas exteriores.

CAPÍTULO V

O CONCEITO OPERACIONAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO

5.1 O PROBLEMA MILITAR

5.1.1 O problema militar identificado é o seguinte: no atual contexto, de acelerada evolução tecnológica, de disputas geopolíticas na América do Sul, de ameaças não estatais e de escalada mundial de conflitos de alta intensidade em diversos domínios, faz-se necessário, desde já, reorganizar, rearticular e reestruturar a Força, considerando as limitações orçamentárias, com vistas a dissuadir e a responder prontamente aos desafios impostos pela complexidade do ambiente operacional presente e futuro.

5.2 IDEIA CENTRAL – O EXÉRCITO BRASILEIRO NAS OPERAÇÕES NO MULTIDOMÍNIO

5.2.1 O Exército Brasileiro, a fim de vencer o combate de hoje e de amanhã, por meio da F Ter como parte de uma Força Conjunta, contribuirá com os esforços voltados para a garantia da soberania nacional, negando o acesso e a liberdade de ação, em áreas de interesse, a eventuais oponentes que venham a ameaçá-la.

5.2.2 Promoverá o desequilíbrio do oponente/inimigo, a partir de objetivos em profundidade, dificultando ou impedindo sua resposta ou reação contundente. Esse desequilíbrio será alcançado por meio de ações nos diversos domínios (terrestre, marítimo, aéreo, eletromagnético-cibernético-cognitivo e espacial), produzindo os efeitos desejados nas três dimensões do ambiente operacional (física, humana e informacional).

5.2.3 O ambiente operacional é caracterizado como um ambiente multidomínio e multidimensional. Os domínios são os espaços de atuação das forças militares, sendo transversais às dimensões. Dessa forma, o entendimento das relações, articulações e conexões entre os domínios em si e, principalmente, entre os domínios e as dimensões é fundamental. Com efeito, as ações desencadeadas nos domínios são influenciadas pelas dimensões que o cercam, assim como os efeitos produzidos pelos engajamentos nos diferentes domínios são sentidos nas dimensões e, dessa forma, contribuem, decisivamente, para a conquista dos objetivos militares.

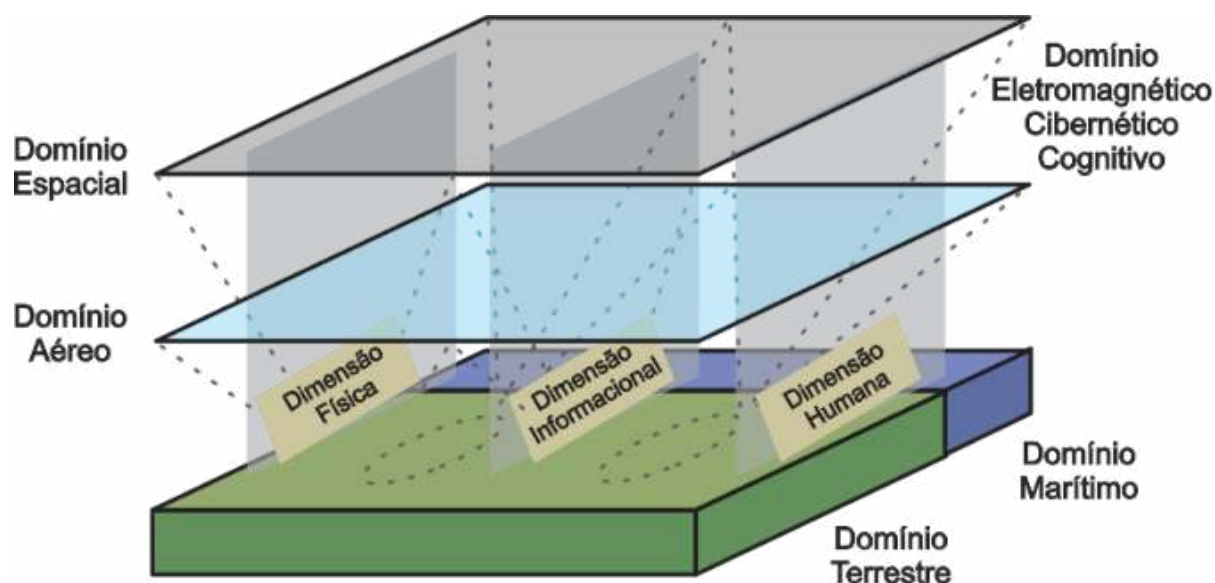


Fig 5-1 – Domínios e dimensões do combate

5.2.4 Ainda que a guerra moderna se manifeste em múltiplos domínios, a preeminência e a natureza insubstituível do domínio terrestre permanecem inquestionáveis. É no espaço terrestre que a maior parte da população mundial vive e interage, é onde se estabelecem as infraestruturas críticas e é de onde se extraem os recursos vitais para a subsistência e o desenvolvimento das nações. Consequentemente, é nesse domínio que os conflitos afetam de maneira mais concreta a dimensão humana, sendo mais tangíveis, e é onde, historicamente, as guerras são efetivamente decididas e as vitórias consolidadas, por meio da ocupação e do controle do terreno e de suas populações. A F Ter, por sua atuação intrínseca a esse domínio primordial, detém a capacidade singular de moldar a realidade no nível mais fundamental, garantindo a soberania e a estabilidade nacionais.

5.2.5 A F Ter atuará, predominantemente, no domínio terrestre, podendo se engajar nos demais domínios para contribuir com o esforço conjunto ou combinado. Os engajamentos desencadeados nos domínios ocorrem em todos os níveis (estratégico, operacional e tático).

5.2.6 A atuação da F Ter deverá observar, dentre outros, os princípios da agilidade, convergência, resiliência e profundidade.

5.2.6.1 O princípio da **agilidade** diz respeito à capacidade de a F Ter atuar e reagir com rapidez, flexibilidade e adaptabilidade às constantes e imprevisíveis mudanças do ambiente operacional.

5.2.6.2 O princípio da **convergência** é caracterizado pela coordenação sinérgica de ações e efeitos em múltiplos domínios e dimensões para atingir objetivos militares com máxima eficácia.

5.2.6.3 O princípio da **resiliência** é definido como a capacidade de a F Ter resistir, absorver e se recuperar de ataques, choques e adversidades, mantendo suas capacidades operacionais e a continuidade de suas funções.

5.2.6.4 O princípio da **profundidade** se refere à habilidade de operar e influenciar o inimigo em toda a extensão do espaço de batalha e do ambiente operacional, desde as áreas mais próximas até as mais distantes, empregando ações cinéticas e não cinéticas.

5.2.7 Para tanto, os escalões, visando ao atingimento do estado final desejado (EFD), combinarão ações cinéticas e não cinéticas, de forma sinérgica e convergente, obrigando o inimigo a atuar em diversas frentes, tangíveis e intangíveis.

5.2.8 Após o atingimento do EFD, a F Ter contribuirá com as ações que visem à transição para o pós-conflito, em condições favoráveis aos interesses nacionais.

5.3 DESENHO INSTITUCIONAL

5.3.1 O desenho institucional corresponde à concepção da organização, articulação e estruturação da Força, estabelecendo-se a governança das capacidades militares terrestres, em conformidade com as ameaças e as tarefas operacionais elencadas nos Planos Estratégicos de Emprego Conjunto das Forças Armadas (PEECFA), bem como com as disponibilidades orçamentárias. Ele é o principal eixo de transformação institucional e tem como finalidade maximizar o poder de combate da F Ter, garantindo flexibilidade, prontidão, proteção, letalidade, precisão e capacidades para contribuir com as operações no multidomínio.

5.3.2 A Força Terrestre Componente (FTC), atuando em operações conjuntas, estará organizada e disporá de capacidades para atuar em todos os domínios, sendo a divisão de exército (DE) o menor escalão visualizado para possibilitar tal abrangência de atuação. Dessa forma, quando a crise ou o conflito exigirem ações no multidomínio, necessariamente, o comando das forças empregadas deverá ser, no mínimo, no escalão DE.

5.3.3 As brigadas (Bda), por sua vez, continuam sendo a organização básica de emprego da F Ter, atuando predominantemente no domínio terrestre e podendo contribuir em outros domínios.

5.3.4 ORGANIZAÇÃO

5.3.4.1 A organização do Comando do Exército é denominada Organização Básica do Exército (OBE) e é regulada pelo manual de fundamentos *O Exército Brasileiro* (EB20-MF-10.101). Além deste, o Decreto nº 5.751, de 12 de abril de 2006, regula e aprova a Estrutura Regimental do Comando do Exército.

5.3.4.2 A organização do Exército evolui constantemente, adaptando-se ao contexto estratégico e permitindo que a Força continue a cumprir com efetividade a sua missão constitucional.

5.3.4.3 As forças serão organizadas e preparadas em diferentes grupos de emprego, de acordo com o seu nível de engajamento em eventuais crises ou conflitos armados.

5.3.4.4 Os grupos de emprego, no contexto vigente, foram divididos em:

- a) **forças de emprego imediato (FEI)** – em virtude de sua localização, seja junto à faixa de fronteira, seja na proximidade de área com potencial de crise, serão responsáveis pela resposta inicial e imediata;
- b) **forças de emprego de prontidão (FEP)** – essas forças estarão aptas para atuar em qualquer parte do território nacional e em outras áreas de interesse do Estado Brasileiro, quando a A Op ou TO forem estabelecidos. Terão poder de combate para subjugar as ameaças, por meio da dissuasão e da ofensiva;
- c) **forças de emprego continuado (FEC)** – constituem parcela da F Ter fundamental nas estratégias da dissuasão e da presença, sendo empregadas em casos de conflito prolongado e de larga escala. Suas vocações prioritárias serão a defesa territorial, a formação da reserva mobilizável, os recompletamentos e o apoio ao Estado;
- d) **forças de emprego no multidomínio** – são as forças dotadas de capacidades para atuar no multidomínio, desdobrando-se em módulos para integrar a FTC ou o Comando Conjunto; e
- e) **módulos de apoio ampliado** – serão estruturas modulares constituídas para completar e prover o apoio imprescindível à FTC.

5.3.5 ARTICULAÇÃO

5.3.5.1 A articulação diz respeito à localização das organizações militares (OM) no território nacional, devendo levar em consideração as ameaças dos PEECFA, além das estratégias da presença e da dissuasão.

5.3.5.2 A estratégia da presença continua sendo privilegiada, uma vez que permite ao EB atuar, tempestivamente, em missões de apoio ao Estado, contribuindo para a ajuda humanitária, para a estabilidade interna e para a percepção de segurança da população.

5.3.5.3 A estratégia da dissuasão, por sua vez, depende, além da presença em áreas prioritárias, da mobilidade estratégica para que tropas com maior poder de combate sejam deslocadas, oportunamente, para fazer face às ameaças que se apresentarem em determinada região. O emprego da F Ter, portanto, terá como características a flexibilidade, a adaptabilidade, a modularidade, a elasticidade, a sustentabilidade e a interoperabilidade (FAMESI).

5.3.5.4 As limitações de meios e de infraestrutura de transporte que permitam conectar a Amazônia ao restante do país indicam a necessidade de, desde já, mobiliar essa região e o seu entorno mais próximo com capacidades adequadas para que a resposta inicial e imediata a possíveis ameaças seja apropriada.

5.3.6 ESTRUTURAÇÃO

5.3.6.1 A estruturação da F Ter representa a arquitetura pela qual o nível de aptidão das capacidades militares terrestres é robustecido, por meio da obtenção (aquisição ou desenvolvimento), incorporação e integração de sistemas tecnologicamente mais avançados. Ela detalha como os recursos, humanos e materiais, e a doutrina são agregados para formar unidades e elementos de força

coesos, eficazes e adaptáveis aos desafios do ambiente operacional no contexto das operações no multidomínio.

5.3.6.2 A estruturação da F Ter transcende a mera formação de grandes unidades. Ela deve refletir a necessidade de uma força integrada, modular e com capacidades militares terrestres intrínsecas para atuar decisivamente no domínio terrestre e contribuir oportunamente com as operações nos demais domínios.

5.3.6.3 A governança das capacidades militares terrestres zelar para que cada grupo de emprego (FEI, FEP, FEC, Forças de Multidomínio e módulos de apoio da FTC) tenha um nível de aptidão compatível com as suas missões e com as ameaças que poderá enfrentar.

5.4 CONCEPÇÃO DE EMPREGO

5.4.1 O conceito operacional traduz a concepção de uma proposta de aplicação do poder militar terrestre, adaptável a cada contexto geoestratégico específico.

5.4.2 A F Ter, como parte de um esforço conjunto, interagências e, eventualmente, combinado, desenvolverá o conceito operacional como uma proposta para cumprir sua missão constitucional.

5.4.3 A ideia central do conceito de Operações no Multidomínio descreve a concepção de uma proposta de emprego da F Ter, considerando o maior grau de intensidade das operações militares, ou seja, o uso da força na defesa da Pátria, em um conflito convencional de natureza simétrica (paridade no poder de combate entre contendores) ou assimétrica (caracterizada pela superioridade tecnológica, doutrinária e de treinamento de uma das partes em beligerância).

5.4.4 No entanto, convém ressaltar que o conceito operacional de Operações no Multidomínio atende, com níveis de intensidade variáveis, em caráter permanente, a qualquer situação de emprego da F Ter ao longo do espectro dos conflitos (incluindo ações contra ameaças híbridas). A concepção de emprego estará alicerçada em três elementos básicos:

- a) finalidade do uso da força;
- b) características; e
- c) componentes das operações terrestres.

5.4.5 FINALIDADE DO USO DA FORÇA

5.4.5.1 A fim de alcançar seus objetivos estratégicos, atores estatais e não estatais têm sido capazes de combinar uma enorme variedade de recursos em abordagens pouco ortodoxas, mas bastante eficazes. O instrumento militar é, tão somente, um desses recursos e nem sempre se mostra o mais importante ou decisivo.

5.4.5.2 A aplicação do poderio bélico convencional obedece atualmente, segundo a Doutrina Militar de Defesa vigente, a uma perspectiva de competição, sobretudo entre as grandes potências.

5.4.5.3 Diante do acirramento das disputas geopolíticas e estratégicas, que assumem um caráter mais complexo e intenso, o uso do instrumento militar poderá se subordinar a novas premissas.

5.4.5.4 O obscurecimento dos limites entre guerra e paz, que deu origem ao termo “zona cinza dos conflitos”, torna mais evidente o caráter perene dos desafios à defesa.

5.4.5.5 No que diz respeito à “zona cinza” dos conflitos, as ameaças híbridas configuram-se como desafios permanentes à segurança e à defesa, na medida em que congregam atores que possuem potencial para atuar em todos os campos do poder, com o principal objetivo de desestabilizar o governo inimigo e suas instituições.

5.4.5.6 Esses atores podem, a qualquer tempo, vir a comprometer os interesses do Estado, apropriando-se de ferramentas tecnológicas para a propagação da desinformação, integrada ou não a capacidades cinéticas militares.

5.4.5.7 A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) descreve o conceito de ameaça híbrida como o tipo de ameaça que é imposta por um adversário real ou potencial, o que inclui Estados e não Estados que tenham capacidade real ou provável para, ao mesmo tempo, empregar meios convencionais e não convencionais de forma combinada, na busca de seus objetivos. Convém ressaltar que os aspectos típicos que tendem a estar presentes na maioria das atividades de “zona cinza” são:

- a) ações abaixo do limite que justificaria uma resposta militar;
- b) ameaças que se desdobrem gradualmente no tempo;
- c) baixa capacidade de identificar o autor (baixo perfil), o agressor disfarça sua ação utilizando ataques cibernéticos, campanhas de desinformação, guerra por procuração *etc.*;
- d) intimidação mediante a possibilidade de escalada do conflito;
- e) emprego de meios e técnicas não militares;
- f) vulnerabilidades específicas em outras áreas são exploradas concomitantemente (clivagens sociais, polarizações políticas, crises econômicas) e são aproveitadas para lograr ganhos estratégicos; e
- g) uso da violência de forma episódica e limitada.

5.4.5.8 Assim sendo, o caráter permanente dos desafios à defesa passa a dar uma nova roupagem à concepção das condições que caracterizam o espectro dos conflitos, ensejando a adoção do conceito de “contínuo de competição”, o qual reconhece a natureza multifacetada, fluida, híbrida e dinâmica das relações internacionais, ampliando a compreensão além das interpretações simplistas baseadas em binômios como paz/guerra ou cooperação/conflito (Fig 5-2).



Fig 5-2 – Contínuo de Competição

5.4.5.9 Em qualquer circunstância, o uso das capacidades disponíveis na F Ter terá por finalidade moldar (influenciar, alterar ou controlar), em seu sentido mais amplo, a dinâmica do ambiente operacional, com efeitos nas dimensões física, humana e informacional.

5.4.5.10 Portanto, a missão precípua dos comandantes, em todos os níveis, terá como foco a obtenção dos efeitos estratégicos militares (degradação, negação, proteção e projeção), combinando ações, cinéticas e não cinéticas, nos domínios e gerando efeitos, letais e não letais, nas dimensões, tudo com o propósito de moldar o ambiente em conformidade com o EFD (Fig 5-3).

5.4.5.11 O efeito estratégico militar consiste no efeito desejado em nível estratégico, que deve ser alcançado ou visado e que contribui para o alcance de um ou mais EFD e, em decorrência, para a consecução de um objetivo político.

5.4.5.12 A **degradação** tem por finalidade produzir certo grau de dano a forças, equipamentos, bases, sistemas militares ou meios de apoio logístico do inimigo, de modo a tornar as suas capacidades ineficazes ou incapazes de interferir numa determinada operação. No âmbito cognitivo, a degradação busca influenciar o oponente, no sentido de fazê-lo desistir de lutar, além de reduzir a sua consciência situacional, por meio de ações no domínio eletromagnético-cibernético-cognitivo.

5.4.5.13 A **negação** pode ser definida como um efeito que consiste em dificultar ou impedir, de maneira temporária ou permanente, o estabelecimento do controle ou o acesso aos diversos domínios por parte do inimigo nas áreas de interesse de cada escalão. Pressupõe, ainda, a exploração desse controle por meio da aplicação das capacidades com prontidão permanente e produção de efeitos sobre forças oponentes, suas linhas de comunicação e sistemas de apoio.

5.4.5.14 A **proteção** consiste na salvaguarda, preservação, defesa e/ou segurança de forças, áreas, instalações, população, meios, sistemas e informações contra ações adversas. Diz respeito, também, à manutenção das condições de eficácia de emprego das capacidades nos diversos domínios, bem como a preservação da situação de normalidade e estabilidade em áreas de interesse.

5.4.5.15 Por sua vez, a **projeção** tem por finalidade contribuir com o Poder Nacional na obtenção de influência sobre áreas de interesse, por meio de operações de paz, de ajuda humanitária, de força expedicionária ou demais operações, atendendo compromissos assumidos sob a égide de organismos internacionais ou para salvaguardar interesses brasileiros no exterior. Nesse sentido, a projeção possui estreita relação com ações que visam à modelagem do ambiente de segurança estratégico. Pode consistir, também, na capacidade de desdobrar forças em áreas de interesse operacional dentro do território nacional.

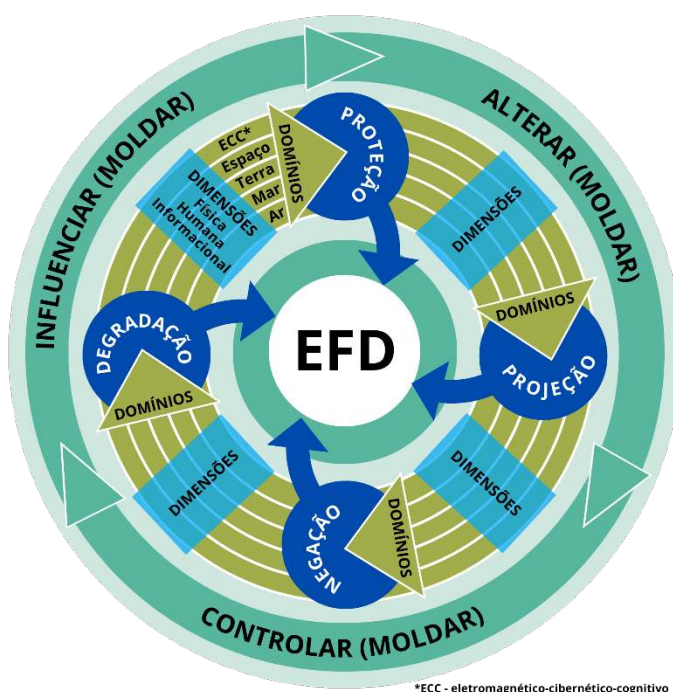


Fig 5-3 – A nova perspectiva para o uso da força

5.4.5.16 Tudo aquilo que a F Ter tradicionalmente executa, incluindo seu vasto repertório de ações subsidiárias, assumirá uma nova perspectiva estratégica, pois é possível atribuir um caráter sistêmico ao conjunto de iniciativas e operações, sejam elas quais forem, vinculando-as de forma lógica, coerente e permanente para o atingimento de um EFD.

5.4.6 CARACTERÍSTICAS

5.4.6.1 As Operações no Multidomínio absorvem o conceito de Operações no Amplo Espectro.

5.4.6.2 Em termos práticos, o conceito de Operações no Amplo Espectro pressupõe a capacidade de os elementos da F Ter realizarem rápida transição entre tarefas e operações que apresentem níveis variáveis de intensidade e ocorrem em espaços geográficos distintos. São fundamentadas na combinação de atitudes e na coordenação de execução de ações progressivas em largura e profundidade, com foco no domínio terrestre.

5.4.6.3 As operações no amplo espectro dos conflitos podem conduzir os elementos da F Ter a combinarem atitudes, de acordo com o requerimento das missões e tarefas, que sofrem mudanças no curso das operações. A combinação de atitudes se dá pela execução de pelo menos duas operações básicas, de maneira simultânea ou sucessiva, por uma mesma força.

5.4.6.4 Em virtude da complexidade dos cenários, a F Ter deverá demonstrar aptidão para sobrepujar vários oponentes, seja dentro do mesmo espaço geográfico ou fora dele (Extrapolação), ao mesmo tempo, nos diversos domínios e dimensões e, sobretudo, com a mesma proficiência. Para tanto, os elementos de força conduzirão operações de naturezas distintas, de forma sinérgica, convergente e indissociável, aproveitando todas as oportunidades, em todos os escalões, na busca do atingimento do EFD.

5.4.6.5 O conceito de Operações no Multidomínio também pressupõe o emprego de ações cinéticas e não cinéticas de antiacesso (ações em profundidade) e negação de área (retirada da liberdade de ação do oponente em áreas de interesse). Além disso, as operações abrangerão necessariamente os domínios e dimensões do ambiente operacional, baseadas nas características de sobreposição, simultaneidade, sincronização e combinação de atitudes, conforme explicitado a seguir:

- a) sobreposição – atuações tangíveis e intangíveis em cada um dos domínios, sobrepondo-se às três dimensões do combate (física, humana e informacional), nas quais são buscados os efeitos que caracterizam a conquista dos objetivos militares;
- b) simultaneidade – ações cinéticas e não cinéticas são executadas em mais de um domínio, ao mesmo tempo, a fim de obter efeitos letais e não letais direcionados para as três dimensões do combate; e
- c) sincronização – coordenação de ações em todos os domínios, com vistas a obter a convergência de efeitos (massa de efeitos) nas três dimensões. Tal característica é possibilitada por eficaz sistema de comando, controle, comunicações, computadores, inteligência, vigilância, aquisição de alvos e reconhecimento (*C4ISTAR*).



Fig 5-4 – Sobreposição, simultaneidade e sincronização

5.4.6.6 Tais características desafiarão a flexibilidade e a adaptabilidade dos comandantes táticos. Eles deverão empregar, de modo coerente, todas as capacidades (cinéticas e não cinéticas) disponíveis, a fim de derrotar ameaças estatais e não estatais. Deverão fazê-lo com vistas, exclusivamente, à consecução de objetivos estratégicos de mais longo prazo.

5.4.7 COMPONENTES DAS OPERAÇÕES TERRESTRES

5.4.7.1 As operações terrestres, nos níveis operacional e tático, serão planejadas e conduzidas observando os seguintes componentes:

- a) manobra física; e
- b) ações no campo informacional.

5.4.7.2 A manobra física e as ações no campo informacional serão interdependentes, complementares e sinérgicas, alinhando-se com os níveis político e estratégico, com vistas à consecução do fim político, apresentando nuances importantes:

- a) tanto a manobra física quanto as ações no campo informacional buscarão alinhamento com o nível político-estratégico; e
- b) dentro do Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres (PPCOT), a manobra física e as ações no campo informacional buscarão a integração e a convergência de suas linhas de esforços e operações, em consonância com o EFD.

5.4.7.3 Manobra Física

5.4.7.3.1 Generalidades

- a) A manobra física corresponde à perspectiva tradicional do conflito armado, mediante o emprego de capacidades militares.
- b) A manobra física, de maneira integrada com as ações no campo informacional, determinará como as ações cinéticas e não cinéticas serão combinadas, visando alcançar efeitos letais e não letais decisivos no nível tático, contribuindo com os objetivos estabelecidos nos níveis político, estratégico e operacional.
- c) As operações de combate, empreendidas no contexto da manobra física, serão habilitadas pela orquestração das capacidades operacionais para atingir um fim específico, ou seja, estarão consubstanciadas no combate de armas combinadas. Dessa forma, traduzirão o uso deliberado do poder de combate contra ameaças de qualquer natureza, sejam estatais e/ou não estatais, em proveito da Força Conjunta.
- d) Ações com tais características serão potencialmente letais, destrutivas e definitivas para os fins almejados. Em termos práticos, entretanto, sua intensidade poderá variar de acordo com cada contexto específico. Poderá abranger desde as operações de combate convencional de larga escala até as ações em força de menor envergadura típicas de guerra não convencional de resistência e de contrainsurgência.
- e) Por outro lado, a aplicação da manobra física com menor nível de intensidade, consistirá no emprego de capacidades disponíveis na F Ter com o propósito de realizar ações imprescindíveis para moldar os ambientes de segurança, sem a aplicação direta do poder de combate, exceto em casos excepcionais. Exemplo: estabilização, ajuda humanitária, proteção de civis, reconstrução e outras ações subsidiárias.
- f) Operações dessa natureza possuirão enorme apelo psicológico e, portanto, poderão gerar vantagens políticas tangíveis, sendo, normalmente, desencadeadas em um contexto eminentemente interagências e interorganizacional.
- g) Durante o desencadeamento de ações na manobra física, a F Ter deverá ser dotada de capacidades que lhe permitam produzir efeitos em todas as dimensões do ambiente operacional, além de, a partir do domínio terrestre, projetar poder sobre os demais domínios.

5.4.7.3.2 Combate em Profundidade

- a) No presente documento, foi salientado que o incremento tecnológico do ambiente operacional tem reduzido sensivelmente a margem de tempo para respostas no nível tático, assim como tem ampliado significativamente as distâncias de engajamento. A capacidade de sincronizar efeitos a partir dos diversos domínios, com maior rapidez e maior extensão, torna o combate em profundidade mais letal e decisivo.

- b) As ações em profundidade avultam de importância, mitigando o combate de atrito em frentes lineares. O engajamento em profundidade, por camadas integradas, seja por ações cinéticas ou não cinéticas, nos diversos domínios, constitui-se em uma condicionante primordial, quando se busca negar o acesso do inimigo a áreas de interesse.
- c) Ações profundas eliminam a possibilidade de concentração estratégica na proximidade das fronteiras e dificultam a aproximação pelo mar de forças de desembarque, potencializando as estratégias da dissuasão e da defensiva.
- d) O combate em profundidade busca criar óbices para as ações ofensivas sobre a defesa nas operações militares e pressupõe o amplo acesso a tecnologias, posse de vetores de ataque em longas distâncias, amplamente amparada em missilística e vetores não tripulados, ações indiretas, além de capacidades não cinéticas. Ademais, o êxito na aplicação do princípio de defesa em profundidade possibilita dissuadir e deter a projeção de poder militar inimigo em qualquer domínio, garantindo a inviolabilidade/integridade das áreas estabelecidas como prioritárias.
- e) Nesse contexto, assumem, ainda, posição de relevo as ações não cinéticas levadas a cabo por meio da aplicação da cibernética e da guerra eletrônica (GE). O emprego robusto, em profundidade, de ações no domínio eletromagnético-cibernético-cognitivo proporcionará à F Ter superioridade de informações e proteção desde o período de paz. Nesse viés, as novas tecnologias, em especial a IA e as tecnologias quânticas, potencializarão o emprego de sistemas não tripulados, o apoio de fogo de mísseis e foguetes, as operações especiais, a aviação do exército, as operações de apoio à informação, a Inteligência, a guerra eletrônica, a cibernética, os assuntos civis, a defesa antiaérea, antimíssil e antidrone, dentre outras, impactando diretamente as dimensões informacional e humana. A *expertise* em integrar e combinar essas novas tecnologias proporcionará vantagem operacional e estratégica à F Ter nos conflitos futuros. Além disso, a guerra eletrônica, associada ou não à cibernética, tornará possível degradar ou negar o uso de recursos importantes de eventuais oponentes na fase de antiacesso (ações profundas), tais como os seus sistemas de comando e controle, comunicações e posicionamento (ex: GPS).
- f) O combate aproximado preserva sua importância particularmente nas ações que tenham por objetivo negar a liberdade de ação do inimigo no TO (negação de área).
- g) Forças de elevada mobilidade tática, como formações blindadas e mecanizadas, bem como de aviação, não devem ser desperdiçadas em infrutíferas batalhas de atrito. O estudo da história militar revela que a fricção entre grandes formações de carros de combate é contraproducente. Penetrações profundas, executadas com a máxima rapidez, que busquem atingir objetivos operacionais decisivos, em detrimento de objetivos táticos de menor relevância, devem orientar o emprego da aviação do exército e das forças blindadas.

5.4.7.3.3 Sobrevivência no Espaço de Batalha e Autonomia dos Escalões

- a) Em decorrência da maior letalidade seletiva e monitoramento das ações, a sobrevivência no espaço de batalha cada vez mais exigirá:
- 1) maior furtividade;
 - 2) maior dispersão; e
 - 3) maior descentralização.
- b) A furtividade será decorrente de elevada mobilidade tática e baixa assinatura (acústica, radar, térmica, eletromagnética e cibernética). Os potenciais alvos de alto valor deverão ser mantidos ocultos e ser facilmente realocáveis.
- c) O conceito de dispersão está relacionado à distribuição espacial dos elementos de força (Elm F) no interior da A Op. As condições específicas do conflito armado (vigilância, fogos de precisão *etc.*) podem impactar a aplicação do princípio da massa. Os usuais parâmetros de frente, profundidade e distância necessitarão ser revistos.

d) Dispersão, em tese, induz à descentralização. Por outro lado, a disponibilidade de sofisticadas redes de comando e controle habilita o microgerenciamento do espaço de batalha, tendência que deve ser evitada.

e) Em algumas situações, haverá tendência à descentralização do combate, o que implica maior autonomia tática e liberdade de ação aos escalões subordinados, em benefício de uma relação de comando mais ágil e fluida, dentro de uma área de operações expandida, o que induz, em determinadas circunstâncias, à delimitação de zonas de ação (Z Aç) não contíguas.

f) Z Aç não contíguas oferecem flancos expostos, portanto os comandantes devem se habituar a mitigar os riscos decorrentes dessa realidade.

g) Redes de comando e controle exercerão papel imprescindível na sincronização e convergência de efeitos das capacidades operacionais, sobretudo quando incorporarem recursos integrados de IA e de análise de metadados para acelerar o ciclo decisório, com especial atenção à análise dos dados obtidos.

h) Por esse motivo, essas estruturas tornar-se-ão alvos prioritários de atuadores cinéticos e não cinéticos do inimigo. Destarte, a F Ter deve demonstrar aptidão para manter as infraestruturas críticas da informação operando sob condições de ataque cibernético ou para restabelecê-las após uma ação adversa (resiliência cibernética).

i) As relações de comando deverão primar pela concessão de maior liberdade de ação e autonomia tática aos escalões subordinados. Valoriza-se, dessa forma, o exercício da liderança e da iniciativa pelos comandantes de menor nível hierárquico, sempre orientados pela finalidade da missão. A compreensão da intenção do comando estratégico e operacional é imprescindível, pois, se por um lado, nenhuma ação tática consegue corrigir um erro estratégico, por outro, uma ação tática errada pode comprometer uma estratégia.

j) A concessão de autonomia tática aos escalões subordinados pressupõe dotá-los de poder relativo de combate compatível com os riscos e desafios. Dessa forma, salienta-se a importância da coerente aplicação das características de FAMESI, durante a geração dos Elm F destinados ao cumprimento das diversas missões.

5.4.7.3.4 Compartilhamento de Conhecimentos e Superioridade de Informações

a) A Inteligência no século XXI permeia todo campo de batalha, logo converteu-se no fator decisivo para atingir o centro de gravidade do oponente, usualmente em profundidade e com extrema precisão. A atividade de inteligência tem como característica atuar antes, durante e após as operações militares. Assim, a prontidão é uma de suas características principais. Para sua eficiência, há a necessidade de sistemas de comando e controle que garantam a segurança, a conectividade e a difusão oportuna da informação.



Figura 5-5 – Ciclo de Inteligência Militar – Ciclo

b) O ciclo de Inteligência deve se caracterizar pela extrema celeridade. Logo, a rapidez nas etapas de orientação, obtenção, análise e difusão deve contribuir para assegurar a superioridade de informações.

c) A aquisição de alvos, seu processamento pelos centros de comando e controle e o engajamento,

com ações cinéticas ou não cinéticas, deverão ser alavancados pelo compartilhamento de informações de todas as estruturas, observando-se as medidas de contrainteligência necessárias. Contudo, isso não será possível no contexto atual sem estruturas de comando dotadas de tecnologia e com capacidade de compartilhamento automático de informações.

d) A Inteligência tem como missão apoiar e potencializar todas as capacidades operacionais e funções de combate. Assim, desde a fase inicial de planejamento e durante toda a condução das operações militares, deve ser buscada, constantemente, a sua integração às demais estruturas decisórias existentes. O comando e controle a ser exercido pelo decisor, na atualidade, dá-se pela perfeita sinergia das capacidades disponíveis em um ambiente conectado pelos meios de comunicação e transmissão de dados adequados aos sistemas de armas e apoio a decisão existentes.

e) Ressalta-se que a integração das capacidades relacionadas à informação representa um dos centros de gravidade para o êxito das operações no multidomínio, bem como condição necessária para a obtenção da superioridade de informações. Desde a fase inicial de planejamento e durante toda a condução das operações militares, deve ser buscada constantemente a integração da Inteligência com outras capacidades como a comunicação social e as operações de informação, seja no monitoramento e na análise do ambiente informacional, seja em ações colaborativas que produzam efeitos sinérgicos no contexto operacional.

5.4.7.3.5 Emprego da Logística

a) Durante o desencadeamento de toda a manobra física, as ações logísticas assumirão papel fundamental no atingimento dos objetivos táticos e, por consequência, do EFD. A logística constitui-se na coluna vertebral da capacidade militar terrestre Sustentação.

b) As ações logísticas, alinhadas ao conceito de Prontidão Logística, consistem no emprego coordenado das funções logísticas visando sustentar as forças militares no interior de um TO ou A Op.

c) Nesse quadro, a Logística Militar Terrestre deverá se organizar e atuar de forma a se adaptar ao novo paradigma, caracterizado pela transparência do espaço de batalha e pelas ações em profundidade por parte do adversário, o que oferece o risco de um colapso nas operações pela impossibilidade da prestação de apoio adequado às forças empregadas.

d) A logística deverá atender à necessidade da F Ter de alcançar a prontidão logística, com o objetivo de fazer face às diversas situações em que poderá ser empregada. Assim, buscará a implementação de conceitos que permitirão uma gama de manobras logísticas, propiciando suporte, desde os comandos da FTC até os comandos conjuntos ativados.

e) A logística deverá prospectar centros de distribuição, de terminais de transporte, de indústrias, de acesso a operadores logísticos civis que possam fazer parte da operação logística da F Ter, contribuindo no resultado final em termos de prontidão logística e sustentação da força.

f) Tornam-se imprescindíveis o entendimento e a execução da gestão sistêmica da logística do ciclo de vida dos Sistemas e Materiais de Emprego Militar (SMEM). Assim, os operadores logísticos atuarão conforme a mesma orientação, visando à prontidão logística da F Ter, uma vez que a logística é transversal a todos.

5.4.7.3.6 Atuação Jurídica

a) Em face da crescente relevância que a judicialização do combate adquire como um fator intrínseco à complexidade do ambiente operacional, convém destacar o papel da atuação jurídica no processo de planejamento e condução de operações militares no contexto da manobra física.

b) A atuação jurídica abrange o conjunto de iniciativas empreendidas no âmbito do direito, que tem por finalidade:

- 1) assegurar a liberdade de ação da manobra física, preservando-a de constrições legais;
- 2) reduzir a liberdade de ação das forças oponentes por meio de medidas judiciais;
- 3) reforçar, implicitamente, a percepção de credibilidade, legitimidade e legalidade no emprego da F Ter, em apoio à manobra física e às ações no campo informacional;

- 4) contribuir para deslegitimar as ações das forças oponentes perante a opinião pública e a comunidade internacional, associando a “guerra jurídica” com a “guerra informacional”; e
 - 5) respaldar a ação dos militares envolvidos.
- c) A atuação jurídica, na sua forma mais básica, deve caracterizar que a F Ter age em estrita conformidade com a lei, ao mesmo tempo em que fundamenta legalmente críticas de que o inimigo é recorrente em violações legais.
 - d) A preparação jurídica do ambiente operacional consiste no processo de análise sistemática dos aspectos legais de uma missão específica e o seu respectivo contexto, além da determinação dos seus potenciais efeitos sobre as operações militares.
 - e) A partir da preparação jurídica do ambiente operacional, o comandante e seu estado-maior assumirão uma postura que tem por objetivo identificar e explorar as oportunidades para ameaçar e engajar judicialmente o inimigo, seja ele ator estatal ou não.
 - f) Os comandantes, em todos os níveis, deverão tomar todas as medidas possíveis para extrair os efeitos positivos da lei sobre as operações e, ao mesmo tempo, eliminar ou mitigar os potenciais impactos negativos.
 - g) Em eventuais casos de violações de conduta, a atuação jurídica oferece argumentos plausíveis que visam preservar a F Ter do escrutínio público. Em hipótese alguma, isso pressupõe o descumprimento do devido processo legal de apuração dos fatos e responsabilização judicial dos envolvidos.

5.4.7.3.7 Pós-Conflito

- a) Acreditava-se que o instrumento militar, quando empregado e bem-sucedido, assegurava, de forma definitiva, a consecução do objetivo político estabelecido pelo Estado. Afinal, o êxito na aplicação do poderio bélico convencional proporcionava, por si só, uma vitória inconteste e definitiva. Porém, essa lógica passou a divergir da realidade.
- b) Na verdade, o sucesso não está na vitória militar propriamente dita, mas no uso que se faz dela após a suspensão das hostilidades, ou seja, a vitória só pode ser alcançada, de fato, no pós-conflito.
- c) Dessa forma, as operações militares devem ser concebidas e conduzidas visando, essencialmente, ao pós-conflito. Não se deve permitir que, ao longo da manobra física, os meios militares monopolizem os fins políticos. Os comandantes, em todos os níveis, devem ter em mente que a vitória na guerra está na transição para o pós-conflito em condições favoráveis.

5.4.7.4 Ações no Campo Informacional

5.4.7.4.1 As ações no campo informacional ocorrem no domínio eletromagnético-cibernético-cognitivo e serão planejadas de acordo com as diretrizes da comunicação estratégica, tendo por objetivo:

- a) influenciar um ou mais públicos-alvo;
- b) conferir flexibilidade e liberdade de ação para as operações militares;
- c) produzir efeitos sinérgicos que contribuam para a consecução dos objetivos militares; e
- d) contribuir com o controle da narrativa estratégica, a fim de moldar percepções favoráveis às ações da Força, permitindo o atingimento dos objetivos colimados.

5.4.7.4.2 Os alvos das ações no campo informacional poderão variar de acordo com o contexto (comandantes militares, líderes políticos, parcela significativa de uma determinada população, forças inimigas, operações militares etc.).

5.4.7.4.3 As ações no campo informacional transformarão os resultados obtidos no nível tático em ganhos tangíveis nos níveis político, estratégico e operacional.

5.4.7.4.4 Se conduzidas com maestria, as ações no campo informacional serão capazes de transformar até mesmo a derrota tática em vitória estratégica. Tornou-se comum atores estatais e não estatais, sobrepajados no espaço de batalha por seus oponentes, alcançarem, de forma exitosa, seus objetivos políticos e estratégicos graças à sua capacidade de moldar percepções.

5.4.7.4.5 Independentemente do contexto, as ações no campo informacional serão um componente imprescindível das operações no multidomínio, particularmente das operações terrestres.

5.4.7.5 Em resumo, a futura concepção das operações terrestres pode ser explicada por meio da figura a seguir.

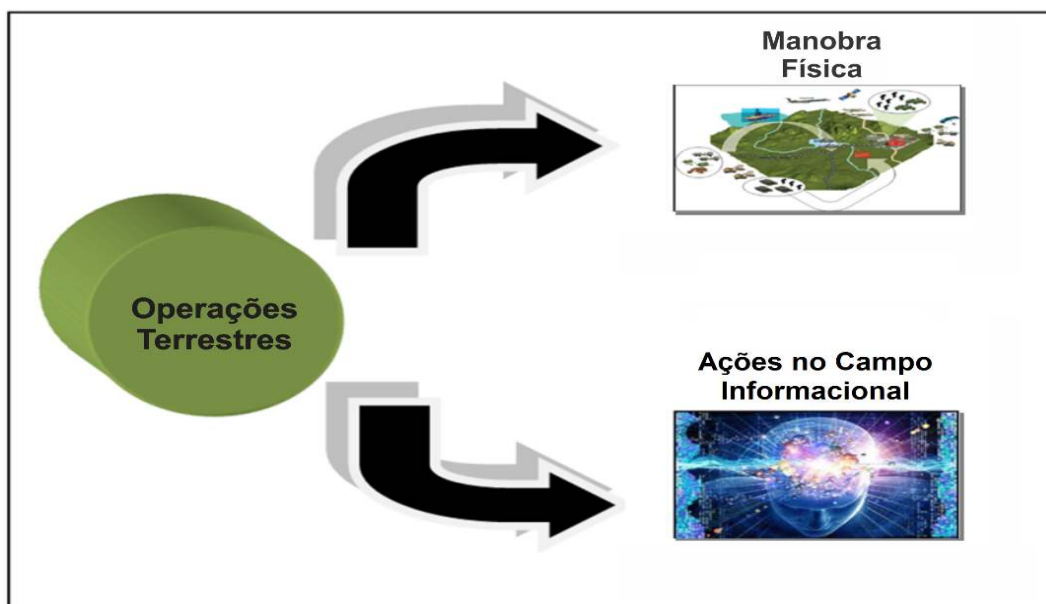


Fig 5-6 – Síntese das operações terrestres

5.5 MOLDANDO OS AMBIENTES DE SEGURANÇA

5.5.1 A construção de uma estratégia de atuação para a Diplomacia Militar Terrestre, baseada em um modelo focado no conceito da segurança cooperativa com as nações amigas, representa um caminho a ser adotado para direcionar os esforços do EB na área internacional, colaborando diretamente no apoio a órgãos governamentais e, mais especificamente, no emprego em apoio à política externa em tempos de paz. A propósito, a capacidade militar terrestre Projeção de Poder é caracterizada por três componentes essenciais: diplomacia militar, apoio à política externa e demonstração de poder.

5.5.2 O setor de Defesa, constituído pelo Ministério da Defesa (MD) e pelas FA, contribui para o objetivo da diplomacia ao interagir com as contrapartes de outros países, incrementando-se a confiança mútua e os laços de amizade. As ações da diplomacia militar terrestre, desde o tempo de paz, contribuem para reforçar a integração interestatal, um relevante facilitador da persuasão como forma de solução de conflitos.

5.5.3 Dentre os métodos estratégicos, a ação indireta se mostra mais adequada para integrar um esforço destinado a “moldar” o ambiente estratégico desde o tempo de paz até a escalada de uma eventual crise.

5.5.4 A ação indireta, enfatizando outras expressões do poder nacional que não a militar, emprega usualmente as estratégias da dissuasão, da presença e da projeção de poder para moldar o ambiente de segurança. Ademais, a postura estratégica de cooperação, adotada pelo Estado brasileiro em relação aos seus parceiros estratégicos, contribui sobremaneira para a moldagem do ambiente de segurança.

5.5.5 Quanto à dissuasão, torna-se imperativo que ela seja edificada sob os pilares da “capacidade” e “credibilidade” e seja apoiada por eficaz comunicação estratégica, objetivando dissipar intenções hostis.

5.5.6 Nesse sentido, o emprego da comunicação estratégica pela Diplomacia Militar Terrestre adquire um caráter dual, pois, ao mesmo tempo em que “comunica” a capacidade de resposta, serve de

ferramenta, a fim de apoiar a não ocorrência do chamado “Dilema da Segurança”, capaz de provocar uma corrida armamentista na região ou de abrir possibilidades de alianças indesejáveis dos países do entorno estratégico com potências extrarregionais.

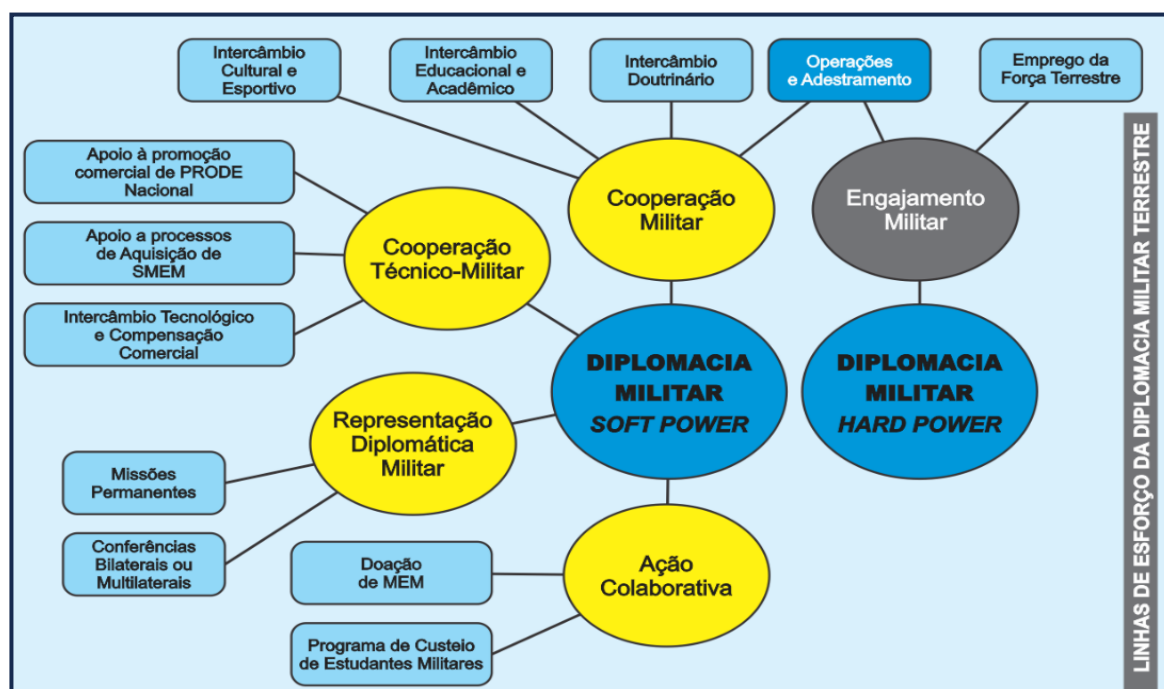


Fig 5-7 – Medidas relacionadas às linhas de esforço da Diplomacia Militar Terrestre

5.5.7 Assim sendo, a aplicação de medidas diretamente relacionadas às linhas de esforço da Diplomacia Militar Terrestre (ver figura 5-7) pode ensejar a moldagem do ambiente de segurança no âmbito do entorno estratégico em benefício dos interesses nacionais.

5.5.8 No esquema apresentado na Figura 5-7, pode-se destacar, por exemplo, a realização de operações e adestramentos combinados, o que pode eventualmente constituir uma ação de *soft power*² da Diplomacia Militar Terrestre.

5.5.9 Nesse exemplo, ou em outras situações passíveis de serem adotadas, o emprego inteligente das diversas linhas de esforços disponíveis no âmbito da Diplomacia Militar Terrestre constitui uma habilidade intuitiva que pode ajudar os formuladores estratégicos a alinhar as ações militares com os objetivos nacionais de defesa, potencializando os efeitos dissuasórios e evitando, assim, o emprego prematuro da força militar, mesmo em caso de crise.

5.5.10 Nesse sentido, um emprego coordenado das linhas de esforço da Diplomacia Militar Terrestre (Representação Diplomático-Militar, Cooperação Militar, Cooperação Técnico-Militar, Ação Colaborativa e Operações de Paz e Ajuda Humanitária), alinhado a uma estratégia nacional, pode contribuir para moldar o ambiente estratégico.

5.5.11 Valendo-se da Estratégia da Presença, por meio da concepção de linhas de esforço no contexto de ações subsidiárias, operações GLO, ações de fiscalização e controle de fronteiras, entre outras que envolvam estabilização e apoio ao Estado, o EB contribuirá para moldar o ambiente de segurança interno. Suportadas por uma eficiente Comunicação Estratégica, tais ações contribuirão para o aumento da percepção de toda a sociedade brasileira sobre a importância dos assuntos relacionados à defesa do país, incentivando a participação dos cidadãos nas discussões afetas ao tema, criando

² Habilidade de modelar os desejos do outro, ou seja, é gerar tamanha atração que o outro escolhe seguir seu exemplo. Logo, um indivíduo estará exercendo uma influência indireta sobre o outro, uma ação que precede o momento de tomada de decisão. (Nye Jr., 2004).

condições ao incremento da mobilização e culminando com a geração de uma sólida cultura de Defesa, bem como a manutenção de elevados índices de credibilidade da Instituição junto à população.

5.5.12 Pode-se considerar, ainda, que a Estratégia da Presença gera efeito dissuasório por meio da capilaridade no território nacional. A existência de forças capazes, com assegurada mobilidade estratégica e prontidão logística, responsáveis pela formação de grande contingente de reservas mobilizáveis, permite não somente uma resposta continuada em caso de conflito prolongado, mas também a organização de forças de resistência, quando determinado contexto assim o exigir.

5.5.13 Dessa forma, a Estratégia da Presença insere-se como um dos pilares na manutenção da soberania nacional, ao criar condições favoráveis ao atingimento do efeito estratégico da negação em face de eventuais oponentes.

5.6 CAPACIDADES E NOVAS COMPETÊNCIAS DA FORÇA

5.6.1 CAPACIDADES

5.6.1.1 Generalidades

5.6.1.1.1 Alinhado com a Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END) e com a necessidade premente de dispor de adequados níveis de aptidão para as capacidades militares terrestres, o EB adota a geração de forças, em sintonia com as lições aprendidas das guerras contemporâneas e as tendências dos conflitos do futuro. A F Ter desenvolve o seu preparo com base em capacidades, pois estas fornecem as ferramentas necessárias para responder, com efetividade, aos desafios, presentes e futuros, priorizando as ações de armas combinadas e as operações conjuntas.

5.6.1.1.2 As capacidades militares terrestres a serem obtidas, desenvolvidas e aperfeiçoadas pelo EB devem:

- a) estar alinhadas/relacionadas com as Capacidades Militares de Defesa (Cpcd Mi D);
- b) propiciar a interoperabilidade conjunta, combinada e interagências;
- c) prever a convergência de ações e efeitos no cumprimento das missões;
- d) considerar a possibilidade da ocorrência de limitações na execução das ações ou na produção dos efeitos;
- e) contemplar a análise de todo o amplo espectro de ameaças;
- f) considerar a execução do combate em larga escala;
- g) prever a atuação ampla em todos os domínios (terrestre, marítimo, aéreo, eletromagnético-cibernético-cognitivo e espacial), produzindo efeitos em todas as dimensões do ambiente operacional (física, humana e informacional);
- h) priorizar a organização de redes integradas de C², Inteligência e Logística, dando celeridade às operações; e
- i) manter-se em condições de absorver as inovações científicas e tecnológicas para suas ampliações ou alterações.

5.6.1.2 Capacidades Militares Terrestres e Capacidades Operacionais

5.6.1.2.1 A Capacidade Militar Terrestre é entendida pela reunião de um grupo de capacidades operacionais, com ligações funcionais, para que os seus desenvolvimentos potencializem as aptidões de uma força para cumprir uma missão estabelecida.

5.6.1.2.2 As capacidades operacionais consistem na aptidão requerida a uma força ou OM para que possa cumprir determinada tarefa ou missão.

5.6.1.2.3 Apesar de as Cpcd Mi T serem resultantes de um certo grupo de capacidades operacionais, em determinadas circunstâncias, algumas capacidades operacionais poderão compor diferentes Cpcd Mi T no cumprimento de missões específicas.

5.6.1.2.4 Capacidades Militares Terrestres:

- a) superioridade de informações – aptidão para compreender oportunamente disposições e intenções, bem como as características e condições do ambiente operacional que influenciam a tomada de decisões nos níveis político, estratégico e militar, aproveitando todas as fontes de informação disponíveis;
- b) proteção – aptidão para prevenir ou mitigar os efeitos adversos de ataques a pessoal combatente e não combatente e meios físicos da Força e do país;
- c) pronta resposta – aptidão para empregar, num prazo adequado, em qualquer parte do território nacional, forças para atuar em operações militares, em resposta à ameaça aos interesses nacionais, que incluem dimensões tecnológicas, interagências e operações no multidomínio;
- d) comando e controle – aptidão para tratar do funcionamento de uma cadeia de comando, que envolve três componentes imprescindíveis e interdependentes:
 - 1) a autoridade legitimamente investida, da qual emanam as decisões que materializam o exercício do comando e para qual fluem as informações necessárias ao exercício do controle;
 - 2) o processo decisório, baseado no arcabouço doutrinário, que permite a formulação de ordens e estabelece o fluxo de informações necessárias ao seu cumprimento; e
 - 3) a estrutura, que inclui pessoal, instalações, equipamentos e tecnologias necessários ao exercício da atividade de C²;
- e) enfrentamento – aptidão para integrar a manobra e o engajamento em todos os domínios para se obter os efeitos necessários nas dimensões para o atingimento dos objetivos das missões;
- f) sustentação – aptidão para projetar e sustentar uma FTC logisticamente pronta, apoiando efetivamente as operações, ampliando o alcance operacional e fornecendo ao comando da Força a liberdade de ação necessária para atingir os objetivos da missão;
- g) projeção de poder – aptidão de transpor a influência do poder militar brasileiro para além de suas fronteiras, a fim de salvaguardar os interesses nacionais ou atender às solicitações internacionais legítimas; e
- h) apoio às ações do Estado – aptidão para atuar nas diversas áreas do Estado, desde que solicitado por quaisquer Poderes Constitucionais, devidamente autorizado pelo Presidente da República.

5.6.1.2.5 A ampliação dos níveis de aptidão das capacidades é necessária para que a F Ter possa atingir a ideia central do presente conceito operacional, adaptando-se ao ambiente futuro visualizado. As capacidades serão estruturadas, dentre outros, pelos seguintes componentes essenciais:

- a) componentes essenciais relacionados às funções de combate:
 - 1) movimento e manobra – manobra e ação em todos os domínios (terrestre, marítimo, aéreo, eletromagnético-cibernético-cognitivo e espacial); mobilidade e contramobilidade; operações especiais e pronta resposta;
 - 2) fogos – participação em ações de antiacesso e negação de área em todas as profundidades, alturas e alcances (apoio imediato, de médio e longo alcances), contemplando plataformas terrestres e aéreas contra alvos terrestres, aéreos, marítimos e espaciais;
 - 3) comando e controle – guerra centrada em rede; celeridade do ciclo OODA; e priorização na consciência situacional;
 - 4) inteligência – amplo sensoriamento e monitoramento; celeridade nos processos de obtenção, processamento e difusão; e busca e aquisição de alvos;
 - 5) proteção – defesa em camadas; contrainteligência; defesa antiaérea de baixa, média e grande alturas/alcances; defesa contra mísseis e drones; defesa química, biológica, radiológica e nuclear (DQBRN); proteção contra artefatos explosivos improvisados (AEI); e prevenção contra ações cinéticas e não cinéticas levadas a cabo por ameaças híbridas e mitigação contra efeitos letais e não letais dessas ações; e
 - 6) logística – atuação nos níveis estratégico, operacional e tático; projeção e sustentação de forças; e execução das atividades transversais. A prontidão, entendida como a capacidade de fazer face às

demandas de apoio à F Ter em tempo de paz e em operações, está fundamentada na doutrina, organização, adestramento, gestão das informações, efetividade do ciclo logístico e capacitação continuada do capital humano;

- b) componentes essenciais que permitem realizar apoio a órgãos governamentais e às ações do Estado;
- c) componentes essenciais que possibilitam atuar na segurança integrada em cumprimento a instrumentos legais; e
- d) componentes essenciais relacionadas à superioridade de informações, a fim de moldar o ambiente operacional.

5.6.1.3 Elemento de Força

5.6.1.3.1 O Elm F pode ser conceituado como a organização ou estrutura militar, em operações, com aptidão para realizar tarefas, em determinado período e sob determinadas condições, com o objetivo de produzir os efeitos necessários para o cumprimento de uma missão. A geração do Elm F será realizada de acordo com os fatores determinantes da capacidade (Doutrina, Organização, Adestramento, Material, Educação, Pessoal e Infraestrutura – DOAMEPI) e sua aplicação em operações militares seguirá as características do FAMESI.

5.6.1.3.2 As principais implicações para os fatores determinantes das capacidades são:

- a) doutrina – agilidade nos processos relacionados ao desenvolvimento doutrinário por intermédio de acompanhamento, lições aprendidas, experimentação doutrinária e de conceitos (incluindo simulação virtual) e divulgação;
- b) organização (e/ou processos) – revisão constante da organização das frações dos Elm F. Adoção de estruturas mais simples, com efetivos menores, aptas a receberem módulos que ampliem ou agreguem capacidades;
- c) adestramento – atualização constante dos programas e ciclos de adestramento de acordo com as evoluções doutrinárias, incluindo a ampla utilização de simulação em todas as suas modalidades (virtual, construtiva e viva);
- d) material – gestão do ciclo de vida dos SMEM e seu impacto para a governança das capacidades;
- e) educação – revisão constante nos processos de capacitação e habilitação, formais e não formais, destinadas ao desenvolvimento do integrante da F Ter quanto à sua competência individual requerida, principalmente no desenvolvimento da liderança em todos os níveis;
- f) pessoal – revisão constante da análise relativa aos integrantes da Força, levando-se em consideração a gestão de talentos nas funcionalidades: plano de carreira, movimentação, dotação e preenchimento de cargos, serviço militar, higidez física, avaliação, valorização profissional e moral; e
- g) infraestrutura – adoção de elementos estruturais (instalações físicas, equipamentos e serviços necessários) que dão suporte ao preparo e ao emprego dos elementos da F Ter, com facilidades de adequação a novas estruturas e novos SMEM a serem adotados.

5.6.1.4 Capacidades Institucionais

5.6.1.4.1 Capacidades institucionais dizem respeito à aptidão necessária ao Exército para o cumprimento de suas atribuições subsidiárias e/ou que contribuam com o aumento da efetividade militar e/ou administrativa.

5.6.1.4.2 O EB deve estar preparado para concretizar a ideia central deste conceito operacional. Para isso, é indispensável que disponha de capacidades institucionais sólidas que correspondam à aptidão de:

- a) cooperar na moldagem dos ambientes de segurança, assessorando e influenciando as circunstâncias políticas, legais, sociais, tecnológicas e militares, de modo a reduzir riscos e ampliar oportunidades; e
- b) gerar a F Ter necessária, planejando, estruturando, recrutando, equipando, adestrando, sustentando e modernizando seus recursos humanos e materiais.

5.6.1.4.3 Em síntese, tais capacidades visam criar, de forma contínua e integrada, as melhores condições para o emprego da F Ter em operações, maximizando sua eficácia, prontidão, interoperabilidade e legitimidade perante a sociedade e as instituições.

5.6.1.4.4 As capacidades institucionais serão utilizadas em todo o contínuo de competição, sendo fundamentais no pré-conflito e no pós-conflito.

5.6.2 NOVAS COMPETÊNCIAS DA FORÇA TERRESTRE

5.6.2.1 O combate do futuro exigirá cada vez mais recursos humanos capacitados, adestrados, experimentados, motivados, permanentemente disponíveis, éticos e comprometidos com os valores mais caros à Instituição. Nesse viés, competências essenciais serão requeridas aos líderes nos diversos níveis de comando, bem como aos demais integrantes das frações de emprego.

5.6.2.2 Os comandantes militares devem estar preparados para ir além da tática, demonstrando igual aptidão para manejar a dinâmica interna do ambiente operacional. As operações serão necessariamente conjuntas, interagências e, eventualmente, combinadas, apoiando-se em redes de cooperação interorganizacionais.

5.6.2.3 A fim de compreender e manejar as complexidades típicas de cada ambiente operacional, as estruturas organizacionais devem permitir a incorporação de novas tecnologias e especialidades, com foco na multidisciplinaridade.

5.6.2.4 Trabalhar o intrincado mosaico populacional, característico dos ambientes operacionais urbanos, requer que os comandantes militares estejam aptos a:

- a) compreender perspectivas discrepantes;
- b) balancear as expectativas dos diferentes segmentos;
- c) manejar lealdades identitárias;
- d) lidar com as tendências exibidas pelos grupos de interesse dominantes;
- e) engajar líderes-chave;
- f) identificar, apoiar ou coibir a ascensão de novos protagonistas;
- g) salvaguardar as legítimas aspirações de segmentos minoritários;
- h) prover assistência e proteção aos grupos mais vulneráveis (minorias étnicas, deslocados civis etc.); e
- i) visualizar o ambiente pós-conflito.

5.6.2.5 É forçoso salientar a imperativa necessidade de os comandantes, em todos os níveis, contarem com elevada iniciativa, além do perfeito entendimento do princípio do cumprimento da missão pela finalidade. Para isso, o pensamento estratégico deve ser compreendido pelos comandantes táticos.

5.6.2.6 A presença do soldado continuará imprescindível nas ações que envolvam a população local, pois a habilidade para estabelecer vínculos de confiança e aprofundar relações interpessoais constitui-se uma faculdade humana insubstituível.

5.6.2.7 Os planejadores, nos níveis estratégico, operacional e tático, deverão possuir a habilidade para empregar novas tecnologias da informação na modelagem da percepção da opinião pública e se defender do uso delas durante a “névoa” do conflito/guerra.

5.6.2.8 O soldado do futuro terá que lidar com as mudanças em curso na amplitude cultural da sociedade e das redes sociais, as quais tendem a prejudicar o *ethos* do combatente.

5.6.2.9 O profissional militar reconhece e aceita uma responsabilidade única: a de empregar eticamente a força das armas em defesa da Pátria.

CAPÍTULO VI**CONCLUSÃO**

6.1 O Conceito Operacional do Exército Brasileiro apresenta uma proposta de como a F Ter, em um contexto de Operações no Multidomínio, poderá ser empregada a fim de superar os desafios impostos pela complexidade que dita o caráter da guerra.

6.2 A presente publicação, ao propor uma forma de aplicação do poder militar terrestre para cumprir as missões constitucionais, oferece as bases para a formulação de uma concepção estratégica futura, responsável por orientar a reorganização, a rearticulação e o preparo do Exército Brasileiro. Ademais, o aumento dos níveis de aptidão das capacidades militares terrestres, sobretudo por meio da obtenção de meios tecnologicamente mais avançados, e o desenvolvimento de novas competências permitirão alcançar um desenho institucional apto a se contrapor às ameaças visualizadas no contexto operacional futuro.

6.3 Como parte indissociável da transformação do Exército Brasileiro, este conceito operacional apresenta as condicionantes teóricas que permitirão orientar uma nova Doutrina Militar Terrestre, de maneira pragmática e coerente com a realidade nacional e de acordo com a nossa cultura estratégica.

6.4 As Operações no Multidomínio constituem-se em um conceito operacional flexível, atendendo, com níveis de intensidade variáveis, em caráter permanente, a qualquer situação de emprego da Força Terrestre, em todo o espectro dos conflitos.

6.5 Fruto dessa flexibilidade, o presente conceito operacional propõe uma nova perspectiva estratégica ao vasto repertório de missões cumpridas pela F Ter, oferecendo aos futuros líderes um caráter sistêmico à condução das operações, sejam elas quais forem, vinculando-as, de forma lógica, coerente e permanente, em termos de ações nos domínios e efeitos nas dimensões, para o atingimento de um estado final desejado.

6.6 Convém ressaltar que o presente conceito operacional, integrado ao Planejamento Estratégico do Exército (PEEx), será objeto de permanentes revisões, com vistas ao seu contínuo aprimoramento até sua completa consolidação como documento basilar para o aperfeiçoamento da Doutrina Militar Terrestre.

REFERÊNCIAS

ALLISON, Graham. **Is war between China and US inevitable?** TED (website), setembro 2018. Disponível em: <https://youtu.be/XewnyUJgyA4>. Acesso em: 4 set. 2019.

ARANHA, Frederico. **Guerra híbrida: desvendando a PMC Wagner**. Defesanet, 2018. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/russiadocs/noticia/29702/GUE-RR-A-HIBRIDA-%E2%80%93-Desvendando-a-%E2%80%93-CPMC-WAGNER%E2%80%93> 9D/. Acesso em: 1 set. 2018.

ARQUILLA, John. **Perils of the gray zone**. Prism, v. 7, n. 3, p. 118-128, 2018.

ARQUILLA, John; RONFELDT, D. **Swarming & the future of conflict**. National Defense Research Institute. RAND Corporation, 2000.

ASPREY, Robert B. **War in the shadows: the guerrilla in History**. New York: William Morrow and Company, 1994.

BHALLA, P. **Emerging trends in unmanned aerial systems**. Scholar Warrior, 2015.

BITTENCOURT, Paulo Victor Zaneratto. **Política internacional do pensamento realista à teoria neorrealista: o pensamento teórico de Hans Morgenthau e Kenneth Waltz em perspectiva comparada**. Intratextos, v. 8, n. 1, p. 1-22, 2018.

BOOT, Max. **The United States is preparing for the wrong war**. The Washington Post, 2018. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/opinions/the-united-states-is-preparing-for-the-wrong-war/2018/03/29/0c0553ae-336b-11e8-8bdd-cdb33a5eeef83_story.html?utm_term=.387ca09929ac. Acesso em: 1 set. 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasil, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 9 out. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999**. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Brasil, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm. Acesso em: 9 out. 2025.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Estratégia**. EB20-MF-03.106. 5 ed. Brasília: EME, 2020.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Glossário de Termos e Expressões para Uso no Exército**. EB20-MF-03.109. 5. ed. Brasília, DF: EME, 2018.

BRASIL. Exército Brasileiro. Departamento de Ciência e Tecnologia. **Relatório de Prospeção Tecnológicas 005/2020, Sistemas de Armas Autônomas Letais (LAWS) 2020**. Brasília: DCT, 2020.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Portaria - EME/C Ex nº 621, de 16 de dezembro de 2021**. Aprova a Metodologia do Sistema de Planejamento Estratégico do Exército (EB20-N-03.002). Brasília: Exército Brasileiro, 2021a.

BRASIL. Exército Brasileiro. Departamento de Ciência e Tecnologia. **Relatório de Prospecção Tecnológicas 003/2021, Inteligência Artificial, 2021**. Brasília: DCT, 2021b.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Análise do Ambiente Estratégico**. Brasília: EME, 2022a.

BRASIL. Exército Brasileiro. Departamento de Ciência e Tecnologia. **Relatório de Prospecção Tecnológica 001/2022, Robôs para Sensoriamento e Vigilância, 2022**. Brasília: DCT, 2022b.

BRASIL. Exército Brasileiro. Departamento de Ciência e Tecnologia. **Relatório de Prospecção Tecnológica 002/2022, Automação no Campo de Batalha – Armamentos, 2022**. Brasília: DCT, 2022c.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Doutrina Militar Terrestre**. EB20-MF-10.102. 3 ed., Brasília: EME, 2022d.

BRASIL. Exército Brasileiro. Gabinete do Comandante do Exército. **Diretriz do Comandante do Exército Brasileiro (2023-2026)**. Brasília: Gab Cmt Ex, 2023a.

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **Plano Estratégico do Exército 2024-2027**. Brasília: EME, 2023b.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Resolução CONSUG-MD nº 17, de 17 de novembro de 2023**. Aprova o Plano Estratégico Setorial 2024-2027. Brasília: MD, 2023.

BRASIL. Exército Brasileiro. Departamento de Ciência e Tecnologia. **Relatório de Prospecção Tecnológica 003/2024, Arquiteturas para Computação Quântica, 2024**. Brasília: DCT, 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Resolução CONSUG-MD nº 20, de 27 de novembro de 2024**. Aprova o Planejamento Estratégico Setorial de Defesa – PESD 2024-2035. Brasília: MD, 2024b.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 12.725, de 18 de novembro de 2025**. Aprova a Política Nacional de Defesa, a Estratégia Nacional de Defesa e o Livro Branco de Defesa Nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_a to 2023-2026/2025/decreto/D12725.htm. Acesso em: 1 dez. 2025.

BRASIL. Exército Brasileiro. Departamento de Ciência e Tecnologia. **Sumário de Previsões e Informações Tecnológicas, 2025**. Brasília: DCT, 2025b.

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. **Operações**. MC 3.0. 6 ed., Brasília: COTER, 2025.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria GM-MD nº 3.746, de 19 de agosto de 2025**. Aprova a Doutrina Militar de Defesa. MD51-M-04. 3 ed., Brasília: MD, 2025d.

BUITRAGO, Miguel Gonzales; SANTABARBARA, Lucia; RINALDI, Simone. **Land forces modernization: challenges of transformation**. Brussels: Finabel, 2021.

CANADIAN ARMY. **Canadian Army Doctrine Note (CADN) 16-01: Land Operations Doctrine – an updated summary**. Ontario: Canadian Army, 2016.

CATON, J. L. **Autonomous weapon systems**: a brief survey of developmental, operational, legal, and ethical issues. Pennsylvania: U.S. Army War College, 2015.

CAVALCANTI, Marcos. **O trabalho**. Instituto, 2009. Disponível em: <https://www.institutocpfl.org.br/2009/12/01>. Acesso em: 3 out. 2018.

COUTINHO, Marco A. F.; COSTA BASTOS, Marcos A. **A Diplomacia Militar como instrumento da Estratégia Militar Terrestre**. *Análise Estratégica*, v. 27, nº 5, p. 75-95, 2022.

CUMMINGS, M. L. **Artificial intelligence and the future of warfare**. International Security Department and US and the Americas Programme. Chatham House, 2017. Disponível em: <https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/publications/research/2017-01-26-artificial-intelligence-future-warfare-cummings-final.pdf>. Acesso em: 1 out. 2018.

DE SOUZA, Marília C. B. **O conceito de áreas não-governadas ou *black-spots* e os desafios políticos e teóricos para a agenda de segurança do pós Guerra Fria**. *Ensaio do IEEL*, nº 14, p. 1-21, 2012.

DESCHENES, Nicholas. **Enabling leaders to dominate the space domain**. *Military Review*, v. 99, n. 3, p. 109-118, 2019.

DRUCKER, Peter. **Managing in turbulent times**. New York: Harper Paperbacks, 1980.

EDDINS JR, J.M. **Segurança cibernética social**. *Military Review*, p. 25-35, 2019.

ETZIONI, A.; ETZIONI, O. **Os prós e os contras dos sistemas de armas autônomos**. *Military Review*, p. 1-11, 2017.

FERREIRA, Walter da Costa; TEIXEIRA JUNIOR, Augusto W. M. **Estratégia militar aplicada: metodologia de emprego**. Rio de Janeiro: FGV, 2021.

FRIEDE, Reis; COMBAT, Flávio. **Das novas guerras: fenomenologia dos conflitos armados**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2019.

GALANTE, Alexandre. **China lançou ao mar 16 navios de guerra no primeiro semestre de 2019**. *Poder Naval*, 2019. Disponível em: https://www.naval.com.br/blo_g/2019/08/16/china-lancou-ao-mar-16-navios-de-guerra-no-primeiro-semester-de-2019/. Acesso em: 3 set. 2019.

GASTON, Erica; OLLIVANT, Douglas. **U.S.-Iran Proxy Competition in Iraq**. Center on the Future of War, 2020. Disponível em: <https://www.newamerica.org/international-security/reports/us-iran-proxy-competition-iraq/>. Acesso em: 15 fev. 2021.

GOLDENBERG, Ilan; HERAS, Nicolas A.; THOMAS, Kaleigh; MATUSCHAK, Jennie. **Countering Iran in the gray zone: what the United States should learn from Israel's operations in Syria**. Washington: Center for a New American Security, 2020.

GORDON, David F.; TONG, Haoyu; ANDERSON, Tabata. **Beyond the myths – towards a realist assessment of China's belt and road initiative: the development-finance dimension**. Washington: International Institute for Strategy Studies (IISS), 2020.

GURGEL, Marcelo do Amaral Silva; MEDEIROS, Oscar Filho; TEIXEIRA, Augusto W. M. Júnior. **O que aprendemos com a guerra na Ucrânia**. Brasília: Escola Superior de Defesa, 2025.

HEGINBOTHAM, Eric e SAMUELS, Richard. **A new military strategy for Japan**. Foreign Affairs, 2018. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/asia/2018-07-16/new-military-strategy-japan>. Acesso em: 30 ago. 2018.

HUNTINGTON, Samuel. **O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998.

IVANOVA, K.; GALLASCH, G. E.; JORDANS, J. **Automated and autonomous systems for combat service support: scoping study and technology prioritisation**. Edimburgo: DST-Group-TN-1573, 2016.

KILCULLEN, David. **Out of the mountains: the coming age of the urban guerrilla**. Nova Iorque: Oxford, 2013.

KISSINGER, Henry. **Diplomacia**. São Paulo: Saraiva, 2012.

KNIGHTS, Michael. **The houthi war machine: from guerrilla war to state capture**. CTC Sentinel, v. 11, nº 8, p. 15-23, 2018.

KOFMAN, Michael; ROJANSKY, Matthew. **Que tipo de vitória a Rússia está obtendo na Síria**. Military Review, v. 73, n. 3, p. 48-67, 2018.

LANDIM, Hiarlley Gonçalves Cruz. **A diplomacia militar do Exército Brasileiro e o ambiente de segurança e defesa na América do Sul**. Tese de Doutorado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2014. Rio de Janeiro: ECEME, 2014.

LEAL, Paulo César. **A guerra híbrida**. Doutrina Militar Terrestre em Revista, v. 4, nº 9, p. 6-17, 2016.

LUNDY, Mike; CREED, Richard. **The return of U.S. Army Field Manual 3-0, Operations**. Military Review. Leavenworth, v. 97, nº 6, p. 14-21, 2018.

MAHBUBANI, Kishore. **Has China Won?: the chinese challenge to American primacy**. New York: Public Affairs, 2020.

EJÉRCITO DE TIERRA. Mando de Adiestramiento y Doctrina. **Entorno operativo terrestre futuro 2035**. Madrid: Ejército de Tierra, 2018.

MARTINIC, G. **Glimpses of future battlefield medicine - the proliferation of robotic surgeons and unmanned vehicles and technologies**. Journal of Military and Veterans' Health, v. 22, n. 3, p. 4-12, 2014.

MARTINIC, G. **The proliferation, diversity and utility of ground-based robotic technologies**. Canadian Military Journal, v. 14, n. 4, p. 48-53, 2014.

MATFESS, Hilary; MIKLAUCIC, Michael. **Beyond convergence: world without order**. Washington: National Defense University, 2016.

MCFATE, Sean. **The new rules of war: victory in the age of durable disorder**. New York: Haper CollinsPublishers, 2019.

MCNEILLY, Mark. **Sun Tzu e a arte da guerra moderna**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MORGENTHAU, H. J. **Politics among nations: the struggle for power and peace**. Pequim: Peking University Press, 1997.

MORRIS, Lyle J.; MAZARR, Michael J.; HORNING, Jeffrey W.; PEZARD, Stephanie; BINNENDIJK, Anika; KEPE, Marta. **Gaining competitive advantage in the gray zone: response options for coercive aggression below the threshold of major war**. Santa Monica: RAND Corporation, 2019.

NAÍM, Moisés. **O fim do poder: nas salas da diretoria ou nos campos de batalha, em igrejas ou Estados, por que estar no poder não é mais o que costumava ser?** São Paulo: LeYa, 2013.

NEBOT, A.; BINEFA, X.; MÁNTARAS, R. L. **Special issue MLAAI: machine learning and applications in artificial intelligence**. Pattern Recognition Letters, p. 1-3, v. 105, 2018.

NEW ZELAND DEFENSE FORCE. **Future land operating concept 2035: integrated land missions**. Wellington: Army General Staff New Zeland, 2021.

NYE, J. S. **Soft power: the means to success in world politics**. New York: Public Affairs, 2004.

ORENSTEIN, Harold. **Russian General Staff Chief Valery Gerasimov's 2018 presentation to the General Staff Academy: thoughts on future military conflict**. Military Review, v. 99, n° 1, p. 130- 138, 2019.

PAJTINKA, Erik. **Military diplomacy and its present functions**. Security Dimensions, n° 20, p. 179-194, 2016.

PANAIT, L.; LUKE, S. **Cooperative multi-agent learning: the state of the art**. Autonomous Agents and Multi-Agent Systems, v. 11, n° 3, p. 387-434, 2005.

PEREIRA, Eduardo de Souza. **Diplomacia de defesa: ferramenta de política externa**. Curitiba: Appris, 2021.

POLLACK, Kenneth. **Society, technology and future warfare**. American Enterprise Institute, 2019. Disponível em: <https://www.aei.org/research-products/report/society-technology-and-future-warfare/pdf/>. Acesso em: 1 out. 2025.

REIS, F. M. A. Posfácio de AMARANTE, J. C. A. **A batalha automatizada: um sonho exequível?** Cadernos de Estudos Estratégicos, n° 9, p. 1-18, 2010.

ROBY, Thomas. **Indian defence diplomacy: a handbook**. Nova Delhi: Manohar Parrikar Institute for Defence Studies and Analyses, 2021.

RODRIGUES, Fernando da Silva. **Análise da operacionalidade do conceito de guerra híbrida nos conflitos contemporâneos e seu suposto impacto para a segurança nacional no Brasil**. Análise Estratégica, v. 22, p. 35-50, 2021.

RUMER, Eugene. **The Primakov (not Gerasimov) doctrine in action**. Carnegie Endowment for International Peace, 2019. Disponível em: https://carnegie-production-assets.s3.amazonaws.com/static/files/files__Rumer_PrimakovDoctrine_final1.pdf. Acesso em: 10 out. 2025.

SAPATY, P. S. **Military Robotics: Latest trends and spatial grasp solutions.** International Journal of Advanced Research in Artificial Intelligence, v. 4, nº 4, p. 9-18, 2015.

SAUSER, M. K. **Unmanned aircraft and the revolution in operational warfare preparing the U.S. Army for the age of unmanned systems.** Military Review, p. 54-64, 2025.

SCHARRE, P. **Robotics on the battlefield part I: range, persistence and daring.** Center for a New American Security, 2014a. Disponível em: https://s3.us-east-1.amazonaws.com/files.cnas.org/hero/documents/CNAS_RoboticsOnTheBattlefield_Scharre.pdf. Acesso em: 15 out. 2018.

SCHARRE, P. **Robotics on the battlefield part II: the coming swarm.** Center for a New American Security, 2014b. Disponível em: https://s3.us-east-1.amazonaws.com/files.cnas.org/hero/documents/CNAS_TheComingSwarm_Scharre.pdf. Acesso em: 15 out. 2018.

SCHMIDT, John F. **A practical guide for developing and writing military concepts.** Virgínia: Defense Adaptive Red Team, 2002.

SHULTZ, Richard. **Military innovation in war: it takes a learning organization – a case study of the Task Force 714 in Iraq.** Florida: Joint Special Operations University, 2019.

SHWANDT, Jamie Richard. **Uncovering hidden patterns of thought in war.** Military Review, v. 98, n. 6, p. 18-29, 2018.

SMITH, Rupert. **A utilidade da Força: a arte da guerra no mundo moderno.** Lisboa: Edições 70, 2008.

SWEIJS, Tim; ZILINCIK, Samuel; BEKKERS, Frank; MEESEN, Rick. **A framework for cross-domain strategies against hybrid threats.** The Hague Centre for Strategic Studies, 2021. Disponível em: <https://hcss.nl/wp-content/uploads/2021/01/Framework-for-Cross-Domain-Strategies-against-Hybrid-Threats.pdf>. Acesso em: 15 out. 2025.

TAN, Y.; ZHENG, Z. **Research advance in swarm robotics.** Defence Technology, v. 9, p.18-39, 2013.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M. **Estratégias comparadas de antiacesso e negação de área: Rússia, China e Irã. Análise Estratégica.** v. 20, p. 7-38, 2021.

TROXELL, John F. **Goeconomics.** Military Review, v. 98, nº 1, p 4-22, 2018.

UNITED STATES. Department of Army. **Field manual FM 3-0: operations.** Washington: Department of the Army, 2025.

UNITED STATES. Department of Army. **Robotics and autonomous systems strategy.** Washington: Department of the Army, 2017.

VISACRO, Alessandro. **Fazendo as coisas certas: segurança e defesa do Estado moderno.** Cadernos de Estudos Estratégicos, nº 1, p. 49-80, 2019.

VISACRO, Alessandro. **Guerra irregular: terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história.** São Paulo: Contexto, 2009.

VISACRO, Alessandro. **O escalão corpo de exército**. Doutrina Militar Terrestre em Revista, v. 1, nº 19, p. 56-69, 2019.

VISACRO, Alessandro. **Priorizando as operações de combate convencional em larga escala**: como o Exército dos EUA pretende lutar e vencer as próximas guerras. Military Review, Leavenworth, v. 74, nº 1, p. 12-27, 2019.

VISACRO, Alessandro. **Não basta vencer em múltiplos domínios**: conjecturas sobre a nova doutrina do Exército dos EUA e os conflitos na zona cinza. Coleção Meira Mattos, v. 14, nº 50, p. 187-209, 2020.

VOTEL, Joseph L.; CLEVELAND, Charles T.; CONNETT, Charles T.; IRWIN, Will. **Unconventional warfare in the gray zone**, Joint Force Quarterly, nº 80, p. 101-109, 2016.

WORK, R. O.; BRIMLEY, S. **20YY – preparing for war in the robotic age**. Center for a New American Security. 2014. Disponível em: https://s3.us-east-1.amazonaws.com/files.cnas.org/hero/documents/CNAS_20YY_WorkBrimley.pdf. Acesso em: 1 out. 2018.

WESLEY, Clark. **General Wesley Clark on wars nails and hammers**. Youtube, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pbvylPrhKjQ>. Acesso em: 4 set. 2019.

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Brasília - DF
www.eme.eb.mil.br